

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-02-2021.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro e Mônica Leal. A seguir, foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19 (Processo nº 0362/19). Em continuidade, por solicitação de Márcio Bins Ely, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Nei Ortiz Borges. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Mônica Leal, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Pedro Ruas e Bruna Rodrigues. Às quinze horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Márcio Bins Ely, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram apreciados conjuntamente e aprovados os Requerimentos nºs 001, 002, 003, 005, 006, 007, 008, 009, 011, 018, 019, 020, 021, 023, 024, 029, 031, 033, 038, 041, 042, 043, 045, 049, 054, 058, 063, 064, 065, 066, 068, 070, 071, 073, 074, 075, 079, 080, 081, 082, 083 e 093/21 (Processos nºs 0001, 0002, 0003, 0006, 0007, 0008, 0009, 0010, 0015, 0032, 0033, 0034, 0035, 0039, 0040, 0045, 0052, 0054, 0072, 0077, 0078, 0079, 0081, 0097, 0116, 0123, 0129, 0130, 0131, 0135, 0140, 0142, 0143, 0154, 0155, 0156, 0170, 0171, 0172, 0173, 0174 e 0200/21, respectivamente), por trinta e dois votos SIM, após serem encaminhados à votação por Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Mauro Zacher, Lourdes Sprenger, Airto Ferronato, Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra, Laura Sito, Claudio Janta, Cláudia Araújo e José Freitas, tendo votado Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Conselheiro Marcelo, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 222/16 (Processo nº 2220/16). Foi aprovado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que a Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei

do Legislativo nº 167/19 fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi apregoado requerimento de autoria de Lourdes Sprenger, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para o inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19 (Processo nº 0362/19), após ser discutido por Airto Ferronato, Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger e Matheus Gomes. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi votado destacadamente e rejeitado o inciso I do artigo 1º do Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 167/19, por vinte e três votos SIM, dois votos NÃO e cinco ABSTENÇÕES, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado Não Karen Santos e Matheus Gomes e optado pela Abstenção Aldacir Oliboni, Daiana Santos, Jonas Reis, Laura Sito e Leonel Radde. Às dezessete horas e doze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Airto Ferronato. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito à diretoria legislativa que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito à diretoria legislativa que faço o apregoamento das matérias apresentadas à Mesa.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadores, vocês perceberam que eu estou em deslocamento, pois estou vindo do cemitério. Estive lá no velório do ex-vereador desta Casa, deputado Nei Ortiz Borges, para quem peço um minuto de silêncio em homenagem póstuma, por gentileza.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao Presidente Márcio, colegas vereadores e vereadoras, Diretoria Legislativa, todos que estão nos acompanhando nesta sessão virtual de hoje que, eu creio, foi uma medida acertada do nosso Presidente e da Mesa Diretora na medida em que estamos vivendo um momento de excepcionalidade e de calamidade pública em Porto Alegre em função do avanço da Covid-19. O Partido dos Trabalhadores, através deste vereador, Ver. Aldacir Oliboni, Ver.^a Laura Sito, Ver. Jonas Reis e Ver. Leonel Radde, quer aqui expressar a sua preocupação, a nossa preocupação em função deste momento que estamos vivendo. Lamentavelmente o governo anterior não tinha um plano de combate à Covid-19 e o atual governo ainda não conseguiu apresentar algo que pudesse não só conter o avanço da Covid-19, mas, também, fazer o monitoramento das pessoas que infelizmente acabam contraindo o vírus. Nós não verificamos nenhum plano de aumento dos leitos de UTI, nós não ouvimos nenhum plano de compra de respiradores, nós não ouvimos nenhum cumprimento da lei da testagem, aprovada nesta Câmara, em que todos os servidores que são considerados da linha de frente devem, no mínimo, ter disponível a testagem para poderem cumprir o seu isolamento ou até mesmo o tratamento que ora é necessário e que está vindo atrasado. E, mais do que isso, nós percebemos um total descompasso entre o núcleo central do governo e o próprio secretário municipal de saúde em relação às ações que devem ser para ontem, e não para hoje. Esperamos que hoje à tarde o governo municipal, através do prefeito, possa então anunciar as ditas medidas de disponibilidade de mais leitos de UTI com respiradores, de mais leitos de enfermagem – por isso se justificaria a visita que fizemos *in loco* na segunda-feira, a COSMAM juntamente com a equipe do governo –, mas, mais do que isso, a testagem para todos os servidores, inclusive, agora, autorizados os da educação, para poder então conter o avanço da Covid-19 e dar acesso ao tratamento. O que nós vimos nesses últimos dias, sim, foi uma falta de controle de gestão do poder público. Os prontos atendimentos, os postos de saúde, todos lotados, e muitas pessoas pedindo socorro para serem atendidas. Um exemplo é a própria UPA da região norte, que colapsou e não quer mais atender, como os outros prontos atendimentos, como é o caso do PACS da Cruzeiro. Medidas arbitrárias foram tomadas de ontem para hoje, expondo servidores, não dando a atenção devida e, mais do que isso, não chamando funcionários que são concursados, funcionários demitidos do antigo IMESF que deveriam ser reaproveitados; mas, até então, o governo só fica enrolando, enrolando e não dá solução. É preciso o governo apressar o passo; secretário municipal de saúde, é preciso apressar o passo. Inclusive, nós falamos hoje na reunião de Mesa e lideranças que o secretário tem disponibilidade e pode vir à Câmara todas as segundas-feiras, todas as semanas, para interagir conosco – nós somos fiscais do serviço público da cidade – e também com a sociedade, buscando a interlocução para poder não só amenizar, mas atender o apelo da sociedade, que percebe que o poder público é lento. O prefeito poderia já ter anunciado que quer comprar vacinas, ele perguntou se a Câmara autorizaria. Tenho certeza que

será por unanimidade, neste momento, a autorização da Câmara Municipal para a compra das vacinas, até porque, no momento, com as mais de 3 mil pessoas vacinadas no seu dia a dia, não há como suportar essa lentidão, poderá levar um ano para vacinar todos os porto-alegrenses. Hoje, por exemplo, pelo *site* da Prefeitura, estão vacinadas 122 mil pessoas – segundo informações da própria secretaria, são mais de 125 mil –, muito pouco pelo tamanho avanço da Covid-19. As farmácias que fazem a testagem, aquele teste rápido, têm fila de três dias de espera. E o poder público o que está fazendo, guardando a testagem? Onde estão os testes, que estão disponíveis há muito tempo e não estão sendo utilizados? É um socorro que nós pedimos, enquanto Câmara Municipal, enquanto bancada do Partido dos Trabalhadores, para que esse passo seja apressado. Nós percebemos também que não há como o prefeito municipal discutir outros temas neste momento difícil de Covid-19, principalmente com as sessões virtuais, Presidente. Acho que tem que ter uma iniciativa da Mesa Diretora, do colégio de líderes para que todos os projetos do governo que não sejam relacionados à Covid-19 não sejam votados no momento. Presidente, tem que pedir o adiamento da audiência pública que trata do Previmpa, da reforma da previdência; tem que pedir o adiamento do projeto de lei que ora está em questão. Nesse tempo de não ter acesso nem mesmo aos gabinetes, nem mesmo à Câmara, não há como votar projetos dessa natureza. Então é um apelo que a bancada aqui faz ao Presidente, aos colegas vereadores e vereadoras, para que disponibilizem esse espaço para que o secretário interaja conosco para dizer, de fato, como ele está fazendo, o que ele está disponibilizando para combater o avanço da Covid-19 em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, eu acolho, sim, com muita humildade, o que o Ver. Oliboni fala, o que propõe, eu só acho que nós estamos precisando, dentro desta Casa, fazer análises, consultar, porque nós precisamos nos encontrar. Falamos uma coisa, mas, na prática, fazemos outra. Falamos em não ter aglomeração; na prática, vários vereadores estão em atividades aglomerando gente; falamos que temos que votar somente coisas da Covid-19; hoje, estão para votar em torno de 40 frentes parlamentares, e também tem outros projetos para votarmos. A nossa prática tem que ser igual ao nosso discurso. Nós não podemos falar uma coisa e depois anunciar outra. Se o prefeito compra vacinas sem consultar a Câmara, não está pedindo autorização da Câmara para fazer despesa extra. Então, quer dizer, pelo amor de Deus! Nós não podemos seguir para um terceiro turno; nós não podemos grenalizar essa questão do vírus. É uma coisa que atinge a todos nós. Nós estamos com colegas nossos – graças a Deus, hoje, saindo da intubação, da CTI –, com vários funcionários da Casa, pessoas que nós conhecemos, não só da nossa família, da nossa relação de amizade, internados no hospital; e nós vamos trazer esse clima de

Gre-Nal para tratar essa questão da Covid-19? O prefeito, para comprar, precisa de autorização da Câmara. Ou é mentira e não precisa, o prefeito está livre para comprar? Lá atrás nós aprovamos algo que dá autonomia para o prefeito fazer compras necessárias quanto à questão da Covid-19? Não o fizemos! Então não adianta nós ficarmos jogando para a torcida essa questão da Covid-19, não adianta. Ou é a favor de fechar ou é a favor de abrir. Eu acho que não é questão de fecha ou abre; a questão é que as pessoas precisam comer. Precisam comer! Só é bom estar em casa para quem tem o seu salário garantido no final do mês; só é bom estar em casa quando chega no banco, bota o seu cartão e está lá o seu salário. Agora, quem tem que sair de casa todos os dias para garantir o sustento da família, quem chega numa empresa e não sabe se vai receber o aviso prévio ou não, se a empresa vai estar aberta ou não, quer arriscar. É uma guerra isso, e as pessoas em guerra se arriscam. Se arriscam para ver sua família, coisa que nós não podemos fazer; se arriscam para ver seus filhos, coisa que nós não podemos fazer; se arriscam para ver seus amores, coisa que nós não podemos fazer. É uma série de coisas. Quem é solteiro está ferrado. Por que está acontecendo essa catástrofe de Covid-19? O povo surtou, o povo foi curtir a vida. Daí nós estamos dizendo que é uma loja que está aberta que vai gerar isso? Essa atrocidade que o governador fez de fechar às 20 horas... O governador nunca administrou um *trailer* de cachorro-quente! Nunca! Ele sabe quantos empregos ele está ameaçando fechando bares e restaurantes, principalmente restaurantes, às 20 horas? O que é isso, gente? Quantos restaurantes em Porto Alegre só abrem a partir das 19 horas, 19h30min, e hoje estão proibidos de abrir? Tem restaurantes que só vão ficar com o pessoal da cozinha para fazer a comida, para fazer a entrega da comida, para garantir os empregos. O que é isso? O que nós estamos falando? Em que mundo nós estamos vivendo? Fazer o fechamento tendo a garantia de salário é fácil. Nem o abono do governo se tem mais, nem a ajuda do governo para as empresas, para as pessoas se tem mais. Aquele plano lá que o governo pagava 30% do salário, a pessoa contribuía com 20% e a empresa com os outros 50%, isso acabou. Ou o cara tem recurso para bancar o salário do seu trabalhador ou manda embora. Quando manda embora, se não tem dinheiro para pagar salário, não vai pagar nem a indenização. São essas as questões que nós temos que discutir. E nós temos que ter claro: se eu sou contra aglomeração, eu não posso estar em lugares onde está tendo aglomeração, não posso estar em praças, em parques, não posso estar em unidades de saúde, não posso estar em ônibus. Tem que ter coerência no que fala, e eu acho que, muitas vezes, está nos faltando coerência. E volto a afirmar que o prefeito para fazer qualquer compra precisa da autorização desta Câmara. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Claudio Janta.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Presidente, estou recebendo inscrições também pelo *chat*: Ver.^a Mônica Leal, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Roberto Robaina, nessa ordem, se inscreveram para falar em liderança.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas; eu fiquei surpresa com a manifestação do meu colega Oliboni, porque eu não posso acreditar, eu fico surpresa e chocada que estejam querendo colocar a culpa no secretário da saúde, um médico experiente que está imerso nesta pandemia que estamos todos vivendo. Observem, eu vou dar como exemplo, em 20 dias, o secretário mudou inclusive a sua aparência. Eu penso que vocês não estão acompanhando o trabalho do secretário da saúde. Eu nunca, em toda a minha vida política, vi um trabalho tão forte - do prefeito Sebastião Melo, do nosso prefeito, e do secretário da saúde. O que nós estamos vivendo é o maior pico da pandemia, consequência da irresponsabilidade de muitas pessoas, de aglomerações. Ora, nós estamos passando por uma calamidade, uma tragédia, é uma montanha russa; hoje, nós acordamos com um cenário, amanhã, é outro. Nós mesmos, cada um de vocês, eu mesma confesso aqui que cada dia eu penso de uma maneira. Teve dias em que eu defendi a volta às aulas, teve dias em que não defendi; é normal que nós tenhamos esse sentimento frente a essa calamidade. Agora, o que nós temos que fazer, isso sim, é trabalhar, é apoiar o governo, o secretário da saúde e reconhecer o trabalho dos dois. Saúde e economia andam juntas, nós não podemos, de forma alguma, resolver uma crise abrindo outras crises, e esta Câmara precisa se posicionar imediatamente para apoiar o prefeito para que ele possa abrir mais leitos, para que ele possa contratar equipes – tudo que ele necessitar. O objetivo da Câmara Municipal, neste momento, é exatamente esse. Nada mais! Não tem discussão, não tem críticas, nós temos que sobrepor siglas partidárias e ideologias políticas no combate à pandemia e apoiar o secretário e o prefeito.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

Vereador Conselheiro Marcelo Bernardi (PSDB): Sr. Presidente, eu gostaria só de registrar a minha presença.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Marcelo. Está registrado.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente. Vereadores e vereadoras, escutar um discurso do Ver. Oliboni é escutar palavras, não sei se de má-fé, mas parece aquele malandro que se repete. Eu já ouvi esse discurso do Ver. Oliboni muitas vezes. Não adianta querer botar ovo no ninho dos outros, vereador. O senhor parece aquela ave que aproveita e coloca ovo no ninho dos outros que já partiram. O prefeito Sebastião Melo já falou desde a época de campanha que, se fosse necessário, compraria as vacinas. Então, aqui nós não precisamos fazer demagogia como V. Exa. está fazendo de querer trancar a cidade e todos. Por que o senhor quer trancar a cidade? Só porque o senhor tem salário garantido como diz o Ver. Claudio Janta? Não! Os lugares que fizeram *lockdown* continuam com problema, continuam com os mesmos problemas ou maiores que os nossos. Ainda bem que os nossos governantes aqui, tanto o governador quanto o prefeito Melo, têm sensibilidade e conseguiram fazer agora, em poucos dias, muito, muito daquilo que é necessário, disponibilizar para a população muito mais leitos tanto nos hospitais que estavam parados, como o Beneficência Portuguesa, como o Hospital Porto Alegre, como ele está provocando agora o Hospital de Clínicas. Essa diretora do Hospital de Clínicas parece que não quer ser diretora de hospital, ela quer ser diretora de piquenique; qualquer coisa, ela está espalhando o terror. Eu não sei o que tem essa senhora de responsável como diretora do Hospital de Clínicas. Nós ajudamos muito a fazer ampliação do Hospital de Clínicas na época em que precisou ser construído. A Câmara de Vereadores foi parceira, pelo menos a grande maioria, e agora se descobriu que ela está com o sexto andar completamente vazio, onde poderia estar recebendo muita gente que está com Covid-19. Este negócio de querer parar as votações, de tolher o prefeito de mandar novos projetos, de a Câmara aprovar novos projetos, mas isso é um absurdo, Ver. Oliboni. Tem que continuar a Câmara, nós somos pagos para fazer isso e não para ficar escondido em casa, embaixo das cobertas. Não! Vamos fazer audiência pública, vamos votar o que tem que votar, a cidade precisa cuidar da Covid-19, mas precisa cuidar do dia a dia do cidadão. E nós vamos fazer isso. Nós somos vereadores para cuidar do dia a dia das pessoas, principalmente das que mais precisam. E nós não precisamos de demagogia igual a essa, Ver. Oliboni, isso é uma demagogia barata, repetida e cansativa. Vamos continuar, sim, votando o que tem que votar, discutindo o que tem que discutir, fazer audiência pública que tenha que fazer, de modo virtual, como nós estamos fazendo a sessão de hoje, sem prejuízo de discutir os assuntos. É isso que nós temos que fazer. É por isso que fui eleito vereador, é por isso que a maioria dos vereadores da Casa foi eleita. Alguns parece que foram eleitos para não fazer, que não é o nosso caso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cecchim. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, eu queria sinceramente, Ver. Cecchim, que é líder do governo, que a gente tentasse elevar um pouco o nível do debate. Não desqualificar o oponente, não creio que essa seja a melhor metodologia para conduzir o governo, mas vocês estão escolhendo o caminho de vocês. De toda forma, nós, como partido, temos obrigação de apresentar o nosso diagnóstico e as nossas propostas. A primeira, evidentemente, é apoiar qualquer iniciativa por parte do governo municipal ou do governo estadual para a compra imediata de vacinas. Esta é uma contradição terrível que o Brasil tem, eu sei que é provável que este governo federal seja apoiado pelo senhor, Ver. Idenir Cecchim - eu não vou aqui ficar discutindo a responsabilidade, Ver.^a Mônica, do secretário que acabou de assumir, embora ele já comece a ter a sua cota de responsabilidade na medida em que está governando, essa é a sua responsabilidade -, mas é lógico que o negacionismo e a incompetência do governo federal são o que nos trouxeram a esta situação de não termos sequer condições de comprar a vacina. O Brasil não está com doses de vacina para serem compradas porque o governo federal não foi atrás das vacinas, porque a sua primeira apreciação é que vacina não era necessária a ponto de que os órgãos de imprensa tiveram de fazer uma campanha: “Vacina, sim!” Embora, infelizmente, não tenhamos vacinas para todos e aí o atraso da vacinação é o que tem provocado esse crescente colapso, colapso que vai se agravar e que evidentemente, na medida em que se agrava, como nós vamos ter o esgotamento do sistema de saúde, vai exigir medidas de distanciamento social que provocam mais crise econômica. Quer dizer, a irresponsabilidade do governo federal tem provocado não só um genocídio em termos de saúde, mortes vão chegar a não sei quantas, nós vamos chegar a uma situação absurda em termos de mortes, mas também é uma crise econômica inédita, porque evidentemente que o distanciamento social obrigatório, para que nós não tenhamos um colapso cada vez maior e generalizado, se impõe. Então, a primeira medida é o apoio a qualquer iniciativa do governo municipal. Tanto é assim que a nossa deputada federal Fernanda Melchionna fez uma proposta para que a bancada federal de todos os partidos, a bancada do Rio Grande do Sul, destinasse todos os recursos das emendas parlamentares, que são muitas no plano federal, para a compra de vacinas, para ajudar o governo estadual para a compra de vacinas. Infelizmente, pelo informe que eu tenho, isso não foi aceito pelo conjunto dos partidos. Nós temos aqui na Câmara dos Vereadores a representação de praticamente todos os partidos, e é um apelo que eu faço, quem sabe a bancada federal ajude o governo do Estado e o governo municipal a tomar uma medida nesse sentido. O segundo ponto muito importante é a contratação dos concursados na área da saúde. Existem concursados na área da saúde e qualquer pessoa que analise a situação da saúde, sobre a situação dos postos das UPAs e dos hospitais, sabe que há carência de mão-de-obra. Há falta de pessoal para atender as pessoas que estão necessitando e que estão indo para os postos e para as UPAS. Então, nós necessitamos da contratação emergencial das pessoas que já fizeram concurso, inclusive. Além do mais, temos a terceira medida, qual seja, a readmissão dos trabalhadores do IMESF. Não é possível que nós tenhamos trabalhadores da saúde com experiência no atendimento à população ainda sem serem readmitidos, quando há condições jurídicas e financeiras para que

readmissão seja feita - e esse é um apelo que nós fizemos para o secretário e para o prefeito municipal. Por fim, eu quero tocar no tema do transporte. Acho muito importante que se discuta o tema dos transportes. Nós temos várias propostas. A Ver.^a Karen tem insistido na necessidade de que as empresas paguem o que elas devem para a Prefeitura e eu tenho defendido a necessidade de uma taxa de mobilidade urbana que dê sustentação para que o transporte seja um transporte barato. É preciso cobrar dos empresários e do governo mais fiscalização, para que o transporte seja de qualidade e para que os empresários cumpram o contrato, coisa que não o fazem. É preciso ter mais ônibus. Não é possível a superlotação que nós temos visto até agora no sistema de transportes. A superlotação no sistema de transportes é, evidentemente, um fator terrível de contaminação. Para concluir, vereadores e vereadoras, a ideia de parar os projetos da Câmara, como muito bem colocou o Ver. Oliboni, em particular parar a reforma da previdência, porque a reforma da previdência que o Sebastião Melo está propondo retira renda e empregos. Por exemplo, no transporte, visa atacar novamente os trabalhadores. Eu espero que todos os vereadores, que votaram contra na Legislatura anterior, votem contra novamente, porque nós precisamos é de emprego, renda, saúde, de um governo competente e comprometido com o povo.

Os nossos apelos são neste sentido: não vamos atacar os servidores públicos com a reforma da previdência porque os servidores precisam ser defendidos por esta Casa. Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, Diretoria Legislativa, demais vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Robaina. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadoras e vereadores, nós temos que ter uma postura do Legislativo. Nós somos legisladores, nós fomos eleitos pelo povo de Porto Alegre, tão eleitos como o prefeito. A Câmara Municipal, inclusive, é mais abrangente – já falei sobre isso – porque ela é proporcional. Toda a vontade da população está expressa na Câmara Municipal, e no Executivo, não. Apenas o setor majoritário. Que eu saiba não há representação da Sra. Manuela d'Ávila no Executivo. Não há proporcionalidade, não há 47% de “manuelistas” no Executivo. Aqui é diferente e nós vamos utilizar nossos mandatos, sim. E não é correto – e eu digo isso com o maior respeito – que cada vez que se critique uma posição do governo municipal, como no plano federal ficou, em que há uma histeria quando alguém confronta ou critica o Presidente Bolsonaro; há um nível de histeria quando há críticas ao Bolsonaro, como se ele só acertasse – aliás eu acho que ele só erra, não consigo ver acertos do Bolsonaro. A questão da pandemia, como bem disse o Ver. Robaina, assim como o Oliboni, é uma tragédia, que começa com o governo federal, com as suas ações e omissões. Ele continua, na sua irresponsabilidade, e chega ao fim, em termos do que se tem até hoje, com a sua proposta brutal de combater a vacinação em massa. É isso que está

acontecendo. A Pfizer, no convênio com a Biontech, ofereceu, no ano passado, 70 milhões de doses para o Brasil. O general “pesadelo”, do Ministério da Saúde, não aceitou, o governo Bolsonaro não quis as vacinas. Repito: não quis as vacinas. E o prefeito tem identificação ideológica e intelectual muito grande com o Presidente Bolsonaro, tanto que assumiu isso na própria campanha eleitoral. E não se diga que ele mentiu, ele disse na campanha eleitoral, sobre a sua identificação com o Bolsonaro - aliás, ele e vários outros disseram isso. Havia uma certa moda em dizer isso. E o prefeito Melo disse. Então, não é nenhuma surpresa, é uma constatação, pois a linha é a mesma. Nós não temos economia sem saúde, e o mundo inteiro sabe disso, sem as pessoas poderem ir e voltar. Não tem economia. O mundo inteiro sabe disso. Aliás, quem quer permanentemente a abertura de tudo não é quem estará lá comprando. Porque vai mandar abrir, quando é dono, ou vai mandar comprar, quando é cliente. Não é quem está lá. Quem está querendo a abertura de tudo, incluindo escolas, sem critério, não é quem vai lá, não é quem vai trabalhar, não é quem é obrigado a trabalhar, e não é quem vai consumir também. Eles mandam comprar. É diferente. Eu quero me deter, presidente, vereadores, e vereadoras – essa é uma questão que vai ser debatida, obviamente, a oposição tem propostas, estamos sistematizando essas propostas – ao fato de que nós não vamos aceitar sermos criticados cada vez que tivermos divergências com o prefeito. O prefeito até o dia de ontem não falava em público sobre comprar vacinas. Ontem, quando ele foi colocado na parede, no Jornal do Almoço, ele começou a mudar o discurso. Ele não falava em comprar, publicamente; talvez, falasse em reunião com o secretariado, não sei; com a bancada da situação, eu também não sei, mas, publicamente, não falava. O que eu quero chamar a atenção, aqui, é para um aspecto: se o governador do Estado, tão eleito quanto nós, quanto o prefeito, quanto todos que têm mandato, definiu que Porto Alegre tem todas as características, como o número de mortes, ausência de leitos na UTI, de bandeira preta, por que o comportamento de bandeira vermelha? O que é isso? Ninguém aqui está dizendo que não há aglomerações absurdas, inclusive, essas do litoral tinham que dar cadeia. E essas festas clandestinas que ocorrem em Porto Alegre, no centro e na periferia - e a fiscalização eu não sei onde anda -, isso tudo tem importância, sim. O prefeito é o gestor, foi eleito para gerir, ele tem responsabilidades e uma delas é cumprir as determinações da bandeira preta de acordo com os critérios do governo do Estado. Não foi a oposição que fez esses critérios; foi o governo do Estado, e é isso que a gente espera que aconteça. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Presidente, boa tarde, boa tarde aos colegas e ao público que nos assiste. Eu queria trazer aqui, novamente, alguns números, porque, às vezes, parece, quando a gente fala da pandemia... E quando

a gente fala, sobre o momento em que estamos vivendo, a gente fala de coisas que vão surgindo na nossa cabeça e não de dados ou de números objetivos. Eu sou da área da administração e os números sempre foram importantes para que a gente os avalie. Na primeira onda, aqui em Porto Alegre, nós tínhamos por volta de 64 casos de internação. Na segunda, por volta de 67, e, até a última semana, nós temos 170 casos. Esta semana, a gente vai vivenciando, cada vez mais, o aumento dos casos de Covid-19 e o aumento dos impactos da pandemia na vida das pessoas. Eu estou trazendo esses dados, Presidente, porque a gente, às vezes, quando faz o debate acalorado, fala como se fosse um debate ideológico, como se não tivesse uma base para que esses dados fossem discutidos. Todos os dias – hoje, inclusive –, recebo denúncias do Postão da Cruzeiro, lá do PACS, que ainda se encontra sem gerência, que está com a sua capacidade completamente comprometida. Ainda ontem – saiu no noticiário de hoje da Zero Hora –, as UPAs da Zona Norte estavam atuando com 300% de sua capacidade em consequência dos casos de Covid-19, o que ocupa a capacidade da UPA e impede os atendimentos básicos, Presidente. Meu pai tem câncer e meu pai não consegue fazer exames básicos. Quer dizer que, se nós tivermos qualquer problema hoje que necessite do acesso à saúde, não só pelos casos de Covid-19, nós não temos atendimento. É disso que nós estamos falando, é desse caos em que se encontra a cidade. É nesse cenário que nós falamos da volta às aulas, é nesse cenário que nós falamos do Previmpa e da reforma da previdência. Nesse cenário, a Câmara de Vereadores, esta Casa, que foi eleita pelo povo para o defender, precisa estar – eu falei isso na nossa reunião de líderes –, completamente voltada para ajudar a cidade a sair deste momento. Eu não acho que o comércio e que os comerciantes sejam o problema da pandemia. Eu acho que o problema da pandemia são as UPAs lotadas, os postos fechados, e cada vez mais a gente sem condições de dialogar sobre esse tema, porque tudo vira grandes debates ideológicos. Aqui ninguém está inventando a roda, nós estamos vivendo um problema concreto no mundo, e a negação impede que a gente consiga construir alternativas. Na reunião de líderes, ainda nós falamos que a Câmara tem sido protagonista na devolução de recursos ao Município. Se nós pudéssemos antecipar ainda um volume maior de recursos com o compromisso do prefeito para a compra de vacinas. Só tem uma coisa que faz com que nós voltemos à normalidade: a compra de vacinas, a testagem em massa e a partilha dos problemas do nosso povo. O Ver. Cecchim falou, na nossa outra reunião, que nós precisávamos ser solidários. Não tem como, ninguém sai dessa sozinho. Não tem como o setor empresarial sair dessa sem que o povo tenha saúde para poder ir trabalhar, Presidente. Não tem como nós sairmos desta crise sem a Câmara de Vereadores estar dedicada, na integralidade, para que... (Problemas na conexão.) ...a gente precisa construir alternativas, e aí o debate ideologizado, ele faz com que a gente fique aqui brigando entre a narrativa de quem está mais certo, quando o dado concreto é: a cidade está vivendo um caos. Nós não podemos deixar a cidade virar Manaus. Nós temos modelo aqui no Brasil e não podemos seguir nesses rumos. Nós estamos falando de volta às aulas. A Ver.^a Mônica falou aqui, antes de mim, que ela é favorável... (Problemas na conexão.) Nós não podemos, é desse cenário que nós estamos falando. É aqui que a gente precisa falar que o auxílio emergencial não pode acabar, nós temos que

criar um programa de renda básica para o nosso povo. O cobertor é curto, mas a prioridade precisa ser a partir do olhar de quem mais necessita, e quem mais necessita, neste momento, é o povo das nossas periferias. A Câmara precisa estar voltada para a pandemia. E não é não trabalhar, muito pelo contrário. Eu entro às oito horas da manhã e saio às oito horas da noite. Eu trabalho bastante, sempre gostei de trabalhar. Então, considerem que a cidade clama pelo nosso apoio, a cidade clama pela Câmara de Vereadores. Boa tarde a todos nós. Eu, inclusive, estou indo no Postão da Cruzeiro, para prestar solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras, mas também ao meu povo, que está lá, por horas, esperando um atendimento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, vereadora. Sr. Sandro, por favor.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, passamos, então, à verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Por gentileza.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h09min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Mauro Zacher (PDT): Eu quero fazer um destaque em relação às frentes parlamentares. Como eu não participei da reunião de líderes, e as frentes parlamentares estão todas nominadas, pergunto, Presidente: há um acordo para votar em bloco, ou não havendo acordo, podemos destacar algum tipo de frente para ser votada, posteriormente à votação em bloco?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em princípio, nós temos que deliberar ainda aqui em plenário, com o indicativo de que nós teríamos duas frentes destacadas, que não estariam no bloco, inclusive a Ver.^a Lourdes ficou de nos dizer qual era a frente.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, a frente que eu havia visto está no SEI, ainda não estava na lista do Sandro, tem que passar por outras tramitações.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Então nós faríamos o seguinte encaminhamento ao plenário: nós votaríamos, primeiramente, o item 25, Requerimento nº 069/21 – Processo nº 0141/21, que requer a constituição da Frente Parlamentar do 4º Distrito; em segundo, nós votaremos um bloco das demais, é isso? Se houver acordo de líderes e acordo para essa ordem de votação, nós colocaríamos nesse sentido.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente, a minha sugestão é que primeiro a gente vote o bloco, que é o que há de consenso já, e, posteriormente, passemos para aquelas que não têm consenso, como é o caso que eu quero aqui destacar. É a minha proposta.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. Na realidade, houve um encaminhamento na reunião de líderes, a bancada do PSDB não dava acordo para votar em bloco, se não votasse primeiro a frente em destaque. É isso, Ver. Ramiro, está mantida essa posição? (Pausa.) Como os blocos, obrigatoriamente, precisam do consentimento de 100% dos líderes para serem compostos para votação, fica intransponível essa inversão, mas, ao mesmo tempo, nós já poderíamos aprovar agora aqui a inversão, a votação em destaque, separada, do item 25, e, logo na sequência, se houver acordo de líderes, e nessa ordem, o bloco das demais. Se houver acordo, deliberaríamos nesse sentido. Além disso, Sandro, me parece que o Ver. Bobadra estaria tentando incluir ainda mais duas frentes, é isso? Se não der tempo de votar no bloco, aí votamos na sequência. Algumas outras frentes devem estar ainda pendentes.

Vereador Cassiá Carpes (PP): O item 16 está nesse bloco?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O item 16 está no bloco.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Não deixar passar essa barbaridade fascista? Dividir a sociedade mais uma vez? É impressionante!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O momento de destacar as frentes para que elas não estejam no bloco e sejam votadas separadamente do bloco é agora. No caso, só a ordem é que nós teremos que ver. Por exemplo, se o Ver. Cassiá quiser destacar o item 16, ele fica fora do bloco.

Vereador Cassiá Carpes (PP) (Requerimento): Eu peço para destacar o item 16, se for possível.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Qual é o item 16?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Frente parlamentar antifascista e de direitos humanos.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Cassiá, como é que tu estás contra isso?

Vereador Cassiá Carpes (PP): Isso é uma barbaridade, para quê? Qual é a necessidade disso?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Mas olha o País, Cassiá!

Vereador Cassiá Carpes (PP): Mas o País é fascista?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não!

Vereador Cassiá Carpes (PP): Pelo amor de Deus, eu não conheço nenhum fascista, sinceramente. Apresente-me um aí então.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Tem um que é deputado federal e está até preso agora.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Sim, mas é um! Tu disseste bem: um!

Vereador Leonel Radde (PT): Mas Cassiá, se é antifascismo, e não existe fascismo, qual é problema de ter uma frente antifascista? Alguém é a favor do fascismo?

Vereador Cassiá Carpes (PP): Não tem problema, a maioria vence, eu acho que não havia necessidade, só isso.

Vereador Leonel Radde (PT): Eu acredito que vale a pena. Se há uma coisa que ninguém quer, então vale a pena ter.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Eu não sei por que a gente quer se dividir mais, a gente podia harmonizar mais. Aqui na Câmara não tem ninguém fascista. Eu não conheço.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Eu não me importo que façam frente antifascista, não tem problema, podem fazer, tudo certo, mas eu queria pedir para vocês a inclusão dessas duas frentes que nós colocamos aí. Pode ser? Façam frentes do que quiser, vamos trabalhar. Eu entendo o Ver. Cassiá, tem pertinência, mas vamos dar oportunidade, vamos tocar, Porto Alegre não pode parar.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Para mim, não ofende. Eu não conheço nenhum fascista na Câmara.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Está bom, superamos.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Robaina, podemos colocar as minhas duas hoje?

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Já estou com a tua proposta aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes retira então o destaque?

Vereador Cassiá Carpes (PP): Se há consenso, não serei... Eu achei que não havia necessidade de trazer esse choque desnecessário, porque na Câmara eu nunca vi nós falarmos em fascistas. A maioria vence. Eu sou pela maioria. Se a maioria entende que pode votar, não tem problema.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Precisamos ver se a técnica legislativa permite incluir, a tempo, as duas frentes...

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, todas as frentes parlamentares que estão em condições de serem votadas estão no item 1 da priorização. São essas 43. As que foram protocoladas e ainda não estão aqui é porque estão em fase de tramitação para serem incluídas na Ordem do Dia. Nas sessões seguintes, nós podemos priorizar para a votação.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Hoje nós vamos votar 43 frentes e vamos aprovar, agora, quando chegar nas outras duas, três...

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Vamos aprovar também.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Mas se a gente fizer um acordo aqui, os 36 vereadores, através de um acordo soberano, eu tenho certeza que não tem problema nenhum. Nenhuma das três é polêmica. Uma é da Polícia Municipal, outra é do Centro Histórico.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós temos minimamente que respeitar os prazos.

Vereador Mauro Zacher (PDT): O Regimento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Se não, depois, tu não tens nem legalidade para a tua frente, Bobadra. Melhor assim.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Nós já consideramos priorizadas as suas frentes, vereador, para a próxima sessão. Pode ser?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Na verdade nós estamos aqui numa questão de ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só para registrar, eu não fiquei até o final da reunião de líderes, pedi licença ao senhor para poder sair. Saí, sei que a decisão já foi exposta agora, e eu me submeto a ela. Eu quero registrar aqui, pessoalmente, que o critério que o Ver. Mauro Zacher coloca tem muito mais lógica e pertinência. Primeiro, em qualquer parlamento do mundo, se vota o que tem consenso e depois o que há divergência. Só para registrar essa opinião, mas eu sei da decisão da manhã. Obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Pedro Ruas, inclusive a Ver.^a Tanise fez um apelo para o que o Ver. Ramiro concordasse em primeiro votar o bloco que é consenso e deixasse para o final. Na reunião de líderes não foi possível; agora, com o seu apelo, mais uma vez, e com o encaminhamento do Ver. Mauro Zacher..., mas nos parece que mesmo assim o Ver. Ramiro mantém a sua posição. Mantém essa posição, Ver. Ramiro? (Pausa.) Sim, mantém a posição de que não há acordo para o bloco por parte do PSDB, se não for votado...

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, da forma como está sendo conduzida a questão, parece que eu estou sendo, de algum modo, o nosso partido, intransigente. O que está acontecendo agora – na verdade, entendo de certa forma o descontentamento do Ver. Mauro Zacher, inclusive conversamos sobre isso mais cedo – , Presidente, o que houve aqui foi um posicionamento do Ver. Mauro Zacher, que colocou essa circunstância. Em momento algum ele entrou em contato comigo; em momento algum ele buscou entrarmos aqui para um acordo, e que é possível, sim. Nós queremos o bom andamento da sessão, o bom andamento da cidade e queremos o bom andamento também de uma frente parlamentar para essa região, para a qual tanto ele quanto eu e muitos vereadores aqui têm um apreço especial. Inclusive essa frente parlamentar que foi colocada aqui, ela não é assinada só por mim, cabe a mim reforçar isso: nós temos aqui assinaturas de outros vereadores como Mauro Pinheiro, Fernanda Barth e Cláudia Araújo. Portanto, é uma frente parlamentar proposta por quatro vereadores que está cumprindo cem por cento dos requisitos do nosso Regimento Interno. Eu confesso que desconhecia a existência de outra frente parlamentar que tratasse do mesmo assunto, mas essa frente parlamentar não foi desarquivada, nós já estamos no dia 24 de fevereiro e nós fizemos a proposição de uma frente parlamentar que possa tratar dos assuntos pertinentes ao 4º Distrito, inclusive com várias propostas para já serem colocadas em prática. O Ver. Mauro Zacher, não só pode como deve

participar dessa frente, para que nós possamos continuar trabalhando pela região. Agora, esse quiproquó, essa questão colocada não é uma questão que eu criei, então não quero que os demais colegas pensem que estou agindo de forma intransigente. Estou agindo de acordo com que o nosso Regimento Interno prega e também de acordo com o bom andamento dos trabalhos.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores. O Ver. Ramiro comenta que eu assinei em conjunto essa frente parlamentar, mas eu queria deixar claro que eu desconhecia que existia uma frente parlamentar anterior a essa. Está sendo feita a solicitação do Ver. Mauro Zacher para que seja feito o seu desarquivamento, e eu sou a favor que sejam prioridade as frentes parlamentares que já existiam na Casa, que têm como autores vereadores que já trabalham com a pauta. Então eu retiro a minha assinatura da frente parlamentar do Ver. Ramiro, porque eu vou apoiar a frente parlamentar do Ver. Mauro Zacher, que já existia. Só queria deixar claro.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado, vereadora. Então está compreendida a questão.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Eu gostaria só de fazer uma consideração rápida sobre frente parlamentar. Presidente, parece que a proposição que está se fazendo de frente parlamentar é de um vereador, e uma frente pode ser composta 36 vereadores – inclusive peço ajuda para o Sandro. A frente parlamentar nem diz que o proponente é o presidente da frente, porque a frente pode ser proposta por alguns vereadores e ser presidida por outro, então tem que ter o acordo entre os vereadores para formar uma frente ampla, vários vereadores para discutir o assunto. Então se os vereadores Ramiro, Mauro, Márcio, João, Pedro ou Paulo fazem a proposição da frente é para juntar a maioria dos vereadores que têm interesse naquele assunto, montarem a frente para discutir o assunto – terão um presidente, um vice-presidente e um secretário – e fazer reuniões para discutir a matéria. O proponente não precisa ser o presidente, é um grupo de vereadores, senão, parece que quem propõe a frente é o dono dela; não, é para todos os vereadores participarem, debaterem os assuntos de interesse da cidade que os vereadores têm interesse em participar. Só para contribuir, Presidente.

Vereador Claudio Janta (SD): Esse critério que o Ver. Mauro Pinheiro fala é usado em comissão mista, é usado em uma frente, por exemplo, para discutir o sistema de transporte. Agora, frente parlamentar, desde que eu estou na Casa – isso vai para nove anos –, ela é proposta por quem domina o tema, ela geralmente é proposta por quem conhece o tema, e essa pessoa, não é que seja dona, ela tem histórico de conhecimento sobre esse assunto. O que me estranha é que a frente parlamentar do Ver. Mauro Zacher já tem um bom tempo, quando cheguei na Câmara de Vereadores já era discutido a questão do 4º Distrito, e os vereadores não têm isso na sua memória! Então, vamos sair do zero. Esse critério de antiguidade não é porque a Câmara de Vereadores é

um quartel, alguma coisa assim, que diz que antiguidade posto, mas é conhecimento, é detenção da matéria. E o Ver. Mauro Zacher, desde que eu entrei na Câmara, discute a questão do 4º Distrito, tem a memória da questão do 4º Distrito. Se a questão é essa, volto a insistir no que eu disse: nós temos que fazer, por ano, um número limite de frentes parlamentares, senão não vai ter gente para todas as frentes – temos que entender isto. Tem frente parlamentar que tem dois parlamentares, chefe de gabinete e assessores, e não tem direito à voz nem a voto, principalmente a voto.

Essa é a questão que nós temos que ver principalmente para os novos, para os que estão entrando saberem como é uma frente parlamentar. Tem frente parlamentar que sai da Casa, faz visitas, faz trabalho externo. Então, não é tão fácil, não é uma utopia, é uma coisa séria, muitas vezes encaminha projeto para esta Casa. Eu dou um exemplo de uma frente parlamentar, que foi a do Revogação, como chamamos...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos abrir a discussão? Aí todos podem se inscrever.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Tem uma questão aqui que eu gostaria, Presidente, com relação à fala do Ver. Claudio Janta...

Vereador Mauro Zacher (PDT): Se for abrir outra questão de ordem, vai ser mais tempo para cada um. Se o Ver. Ramiro não concorda com o acordo da maioria dos líderes, que a gente possa votar agora aquilo que é acordado, ok, nós vamos ter que enfrentar agora, abrir então a discussão da criação da frente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom, com relação a esse encaminhamento, está esclarecido o assunto. Se mais alguém quiser destacar alguma frente.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, eu quero dizer que o Ver. Janta fez uma explanação meio semelhante ao que eu falei pela manhã, e realmente não tem explicação, uma orientação para os novos colegas que entram. É bem como o Ver. Janta colocou: quem domina o assunto abre a frente, senão eu posso abrir dez frentes com vereadores por quem eu tenha alguma simpatia, mas que não tenham o domínio do assunto. Por exemplo, eu participei sempre da frente do turismo, eu não tenho esse domínio, mas eu viajei, as pessoas traziam informações importantes, e eu apoiava o Ver. Nedel, que era o presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadora, essas reflexões poderiam ser feitas na discussão.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Estão se fazendo reflexões aqui, Presidente, e quero fazer um contraponto respeitoso às falas do Ver. Claudio Janta e

agora da Ver.^a Lourdes. Primeiro, que é preciso respeitar o processo de renovação de 50% da Câmara de Vereadores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos deixar para a hora da discussão, vereador.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Não, o senhor permitiu que os dois falassem...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Nós temos um processo de renovação de 50% da Câmara de Vereadores e eu também fui reeleito...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Claudio Janta (SD): Tu não exercestes teu mandato porque tu não quiseste. Não, tu entras nos 50%, tu não és novo, tu já tens um mandato, não te fazes de salame, cara. Se o negócio é para fazer baderna, vamos fazer baderna. Eu não dou acordo, eu quero votar uma por uma, acabou. Eu sou líder do partido, quero votar uma por uma e começar pela ordem de votação dos requerimentos que se referem às frentes parlamentares.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereadores, na reunião do colégio de líderes, nós fizemos um encaminhamento, e o meu desafio era tentar construir um consenso com os vereadores Mauro Zacher e Ver. Ramiro Rosário, para que pudéssemos superar a questão da Frente do 4º Distrito. Confesso que não consegui vencer o desafio. Não foi possível avançar no acordo com o Ver. Mauro Zacher e com o Ver. Ramiro Rosário, Ver. Mauro Pinheiro. Apesar do apelo da Ver.^a Tanise, do Ver. Pedro Ruas para que, primeiro, votássemos o bloco dos consensos e depois votássemos a questão controversa, não houve acordo por parte da bancada do PSDB, mas houve um indicativo de que nós votaríamos, primeiro, a proposição que está em discussão, que seria a que não tem consenso, e depois o bloco. Se nós não conseguirmos evoluir para esta realidade que foi tratada na reunião de líderes, que ficou mais ou menos no entendimento e que na pior das hipóteses votaríamos, primeiro, o que está em discussão e depois o que está em consenso, teremos que votar uma por uma, que é o que o Ver. Claudio Janta, por último, manifestou. Eu entendo que nós poderíamos colocar em votação, primeiro, o Requerimento nº 069/21 e depois o bloco de consenso. Mas, para que isso possa acontecer, tem que haver consenso de todos. Como o Ver. Claudio Janta suscita que não daria acordo para trabalhar no sentido de enfrentarmos, primeiro, a dificuldade única que tem e nas demais, todas que não têm dificuldade, ele não dá acordo para o bloco. Então temos uma novidade no cenário que avançou da reunião de líderes para agora, Ver. Claudio Janta. O partido que não dá acordo para o bloco,

colocando a condição de votar por primeiro a que tem problema, ele dá acordo com o bloco, desde que cumprida essa etapa. Gostaria de ver como fica a posição de V. Exa. para que nós pudéssemos avançar. Votaremos o Requerimento nº 069/21 e depois votamos o bloco e está resolvido. Pergunto: podemos resolver nesse sentido? (Pausa.) Temos acordo nesse sentido? (Pausa.) Se ninguém for contra, vou considerar que há acordo.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): O Ver. Mauro Zacher questionou todas as circunstâncias, mas em nenhum momento conversou comigo. Faço aqui publicamente a proposta. Nós poderíamos, Ver. Mauro Zacher, eventualmente, aqui, fazer alternância, se o problema é a presidência. Primeiro, ninguém é dono desta pauta, nem dentro da Câmara nem fora dela, e ninguém é dono da região. Então eu sugiro, aqui, que nós possamos fazer alternância, se é o caso de presidência. Nós podemos fazer isso, se tu tiveres de acordo, faremos o encaminhamento aqui.

Vereador Mauro Zacher (PDT): Eu tenho uma outra proposta. Primeiro, eu quero dizer aos vários vereadores que apresentaram uma série de requerimentos requerendo a constituição de frente parlamentar e que estão aguardando a aprovação para poderem reunir pessoas e, de certa forma, aglutinar movimentos, que da minha parte não há nenhuma obstrução para que vocês possam votar e aprovar o mais rapidamente. Foi muito bem referendado por alguns o nosso trabalho, já existe uma frente parlamentar, eu já pedi o desarquivamento, foi questão simplesmente de dias, mas existe um trato. Eu quero dar continuidade nesse trabalho e quero a parceria, evidentemente, não apenas do Ver. Ramiro Rosário, mas do Ver. Felipe Camozzato, da Ver.^a Mônica Leal, da Ver.^a Cláudia Araújo, do Ver. Mauro Pinheiro, de todos aqueles que sabem que o 4º Distrito é uma grande oportunidade. Ninguém é dono de ninguém, eu nunca disse que era dono; aliás, fizemos uma série de eventos aqui. O Ver. Pedro Ruas me lembrava quando fomos na frente da Praça Florida, enfim, o Ver. Claudio Janta se manifestou. Nós todos temos, aqui, o grande carinho e o compromisso em querer revitalizar aquela área. Agora, o que eu quero pedir ao Ver. Ramiro Rosário é que entenda que já existe uma frente parlamentar, e é isso que eu estou dividindo. Eu já pedi o desarquivamento dela e que não há necessidade de criarmos outra. Dentro desse conceito, a gente pode alterar sem menor problema a questão de presidência, para mim, agora, isso é o menos importante, só que não há necessidade nenhuma de criarmos uma nova frente parlamentar. Ela já existe, eu pedi o desarquivamento.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Mauro Zacher (PDT): Presidente, eu estou tentando construir um acordo com o colega, e ele me ataca.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, nós já tivemos casos semelhantes na reunião de líderes em outras situações; como não houve consenso na reunião de líderes, remete-se ao plenário – está no Regimento e o Sandro pode nos dizer. O requerimento que nós temos que votar agora no plenário, Presidente, é se nós vamos atender primeiro a votação do requerimento que é polêmico, ou votaremos primeiro os requerimentos de consenso. Na minha opinião nós temos que votar no plenário e tomar uma decisão se vamos votar, primeiro, o bloco que tem consenso ou esta questão polêmica de uma frente. Caso contrário, essa terceira possibilidade que o Ver. Claudio Janta levanta, levará três sessões por uma birra de uma questão que está sendo levantada. Então, nós temos que decidir: votamos primeiro o consenso, ou primeiro isso que o próprio Presidente acaba de dizer, votamos a questão polêmica e, depois, os que tiveram consenso ou vice-versa; o plenário é que decide, uma ordem ou outra.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, obrigado. Cumprimento todos os colegas vereadores, dizer que me somo ao Ver. Oliboni na tentativa de fazer uma sensibilização dos vereadores Mauro Zacher e Ramiro Rosário, que sei que têm uma divergência no tema, mas talvez possamos adiar a votação nesta questão, seja da criação ou mesmo do desarquivamento da Frente Parlamentar do 4º Distrito, para que eles possam, justamente, conversar e se entender. Tenho certeza de que ambos têm um apreço pelo 4º Distrito – todos nós, vereadores, gostaríamos de ver esse tema bem tratado – confiamos nos colegas para conduzir a questão. Gostaríamos, obviamente, de poder tocar aquelas outras pautas que são de interesse de toda a Câmara e não ficar empenhados em um debate que talvez os dois consigam resolver numa conversa amistosa. Eu, como parlamentar que integrei a Frente Parlamentar do 4º Distrito, na legislatura passada, tenho interesse em continuar contribuindo, independente de quem seja o Presidente, estou à disposição; obviamente, enquanto cidadão, interessa-me que possa ter alternância de poder, possa estar todo mundo representado, enfim, um trabalho produtivo. Então, fica essa minha sugestão – quem sabe possamos adiar isso para a próxima sessão, teremos algumas frentes na próxima sessão, de qualquer forma, para votar, e até lá, de repente, os vereadores conseguem conversar e construir esse consenso. Enquanto isso, que possamos então, construir um novo consenso em relação a todos aqueles projetos, aquelas frentes que, retirada esta do debate, possam ser votadas e encaminhadas. Agradeço pela atenção.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Faço uma proposta de encaminhamento, seguindo os apelos de diversos vereadores, muito especialmente do colega e amigo, Felipe Camozzato, que agora colocou a possibilidade de adiamento, para que a gente não fique aqui numa eterna obstrução dos trabalhos, para o bom andamento, inclusive, das demais frentes parlamentares, ressaltando que essa situação não foi criada por mim; no nosso entendimento estamos dispostos aqui a fazer uma

composição para que tenhamos a melhor solução, não para o mandato X ou Z, mas, sim, para a própria pauta do 4º Distrito. Eu proponho que seja retirado e que fique para próxima semana essa avaliação da Frente Parlamentar do 4º Distrito, retirando, tanto a frente parlamentar proposta por nós, dentro do Regimento Interno, como também o que foi colocado aí, esse pedido de desarquivamento intempestivo, pelo Ver. Mauro Zacher, para que a gente possa solucionar isso aqui e não precisar ficar debatendo na frente de todo mundo, causando só o atrapalhamento dos trabalhos. Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 069/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. (Pausa).

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, quero dizer também da importância da proposta levantada pelo Ver. Felipe Camozzato, e também agora pelo acolhimento da proposta do Ver. Ramiro, que é um dos proponentes da proposta que está em discussão. Agora, hoje de manhã, nós discutimos por longo tempo a questão da votação ou não dos demais projetos de criação de frente num bloco único, e o Ver. Ramiro sempre afirmou, de manhã, de que, na verdade, ou votássemos, em primeiro lugar, a frente proposta por ele ou não daria acordo para votação em bloco das demais; portanto, a minha consulta e o meu apelo é o seguinte: primeiro retiramos, adiamos a votação da proposta do Ver. Ramiro, mas mantemos a posição de votarmos em bloco os demais projetos; caso contrário, ficaremos quatro, cinco ou seis sessões votando apenas formação de frentes; portanto, a minha proposta, aceitamos a retirada, implorando para que se vote em bloco todos os demais projetos – é isso aí, aquele abraço.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Ver. Ferronato, o senhor não precisa implorar nada; um pedido seu sempre é levado em altíssima consideração. E, sim, daremos acordo, a nossa intenção não é obstruir os trabalhos, nem prejudicar as demais frentes parlamentares, mas, sim, fazer uma construção em conjunto entre todos os vereadores, nas mais variadas pautas para que a gente possa avançar aqui em nome da cidade. Então, darei acordo, sim, para que a gente possa votar em bloco o restante, deixando essa questão do 4º Distrito para próxima sessão na semana que vem, após uma possível conversa entre os interessados, está bem?

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Muito bom. Cumprimentos a você.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, eu preciso de um esclarecimento do Sandro ou do Luiz Afonso, que deve estar nos acompanhando. Hoje de manhã foi dito o seguinte: quando uma frente parlamentar é desativada, só desativada, ela não precisa ir para votação, não precisa ir para o plenário, não precisa ir para nada; ela foi desarquivada, acabou, vida que segue. O Ver. Mauro Zacher desarquivou essa frente parlamentar; no meu entendimento, eu queria que o Sandro ou o Luiz Afonso, se estiver acompanhando, esclarecesse. Então, ela foi desarquivada. A partir do momento em que ela foi desarquivada, e nada foi votado antes, a validade é

dessa frente desativada, tanto que eu questionei uma frente minha que estava para ser votada, eu não desarquivei, eu priorizei novamente a votação dessa frente parlamentar, eu renovei a votação dessa frente parlamentar. Então, foi dito isso, se uma frente é desarquivada, ela não precisa vir para ser votada no plenário. Então, o Ver. Mauro desarquivou a frente e nada foi votado antes disso, no meu entendimento jurídico, está valendo a frente que foi desarquivada, pelo que diz no Regimento Interno.

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): Esclarecendo, o critério é a data do protocolo e da data do desarquivamento. O pedido de desarquivamento foi feito em data posterior à data de protocolo do requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário; por isso ele tem essa precedência em relação à votação. Aprovando a constituição da frente, o requerimento do Ver. Ramiro, prejudica a constituição, a retomada do trabalho da frente de autoria do Ver. Mauro Zacher, pois este solicitou em data posterior à data de protocolo do requerimento.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, organizados os registros da sessão, sugiro, já que tem acordo, que seja votado o requerimento para retirada do item 25 da priorização, Requerimento nº 069/21, pela criação da Frente Parlamentar do 4º Distrito, para ser incluído novamente na priorização da próxima sessão, na segunda-feira, e sejam incluídas as frentes parlamentares de autoria do Ver. Alexandre Bobadra: Requerimento nº 093/21, pela criação da Frente Parlamentar pela Polícia Municipal, e o Requerimento nº 094/21, pela criação da Frente Parlamentar de Centro Histórico.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando retirada do Requerimento nº 069/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje e sua inclusão na priorização de votação da próxima sessão, na segunda-feira. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a inclusão do Requerimento nº 093/21 e do Requerimento nº 094/21 na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): Agora, Sr. Presidente, passamos ao requerimento de formação de bloco dos requerimentos de constituição de frente parlamentar, discriminados no item 1 da priorização.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 001/21 – (Proc. nº 0001/21 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Promoção à Saúde Mental. (SEI 215.00001/2021-44)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 002/21 – (Proc. nº 0002/21 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação. (SEI 215.00002/2021-99)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 003/21 – (Proc. nº 0003/21 – Ver^a Psicóloga Tanise Sabino) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Justiça Notarial e Registral. (SEI 215.00003/2021-33)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 005/21 – (Proc. nº 0006/21 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate ao Câncer Infantil. (SEI 025.00005/2021-51)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 006/21 – (Proc. nº 0007/21 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Turismo. (SEI 025.00004/2021-14)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 007/21 – (Proc. nº 0008/21 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Saúde Visual. (SEI 025.00003/2021-61)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 008/21 – (Proc. nº 0009/21 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Educação Infantil. (SEI 025.00002/2021-17)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 009/21 – (Proc. nº 0010/21 – Ver^a Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Segurança Pública. (SEI 025.00001/2021-72)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 011/21 – (Proc. nº 0015/21 – Ver. Alvoní Medida) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Doenças Raras. (SEI 020.00027/2020-34)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 018/21 – (Proc. nº 0032/21 – Vers. Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Jonas Reis e Ver^a Laura Sito) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Procempa. (SEI 208.00012/2021-31)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 019/21 – (Proc. nº 0033/21 – Ver. Jonas Reis) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço e do Servidor Público. (SEI 210.00014/2021-18)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 020/21 – (Proc. nº 0034/21 – Ver. Jonas Reis) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Água e do Saneamento Público. (SEI 210.00015/2021-62)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 021/21 – (Proc. nº 0035/21 – Ver. Pablo Melo) – requer a constituição da Frente Parlamentar Pró-Esporte e Lazer. (SEI 218.00005/2021-20)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 023/21 – (Proc. nº 0039/21 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do SUS. (SEI 021.00010/2021-67)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 024/21 – (Proc. nº 0040/21 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Acompanhamento às Ações de Enfrentamento da Covid-19 e para a Garantia de Vacina para Todos. (SEI 021.00011/2021-10)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 029/21 – (Proc. nº 0045/21 – Ver^{as} Bruna Rodrigues e Daiana Santos) – requer a constituição da Frente Parlamentar Antirracista. (SEI 221.00011/2021-73)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 031/21 – (Proc. nº 0052/21 – Ver^a Fernanda Barth) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Recuperação Econômica Pós-Pandemia. (SEI 212.00006/2021-70)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 033/21 – (Proc. nº 0054/21 – Vers. Leonel Radde, Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Matheus Gomes e Ver^{as} Laura Sito e Daiana Santos) – requer a constituição da Frente Parlamentar Antifascista e de Direitos Humanos. (SEI 208.00022/2021-77)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 038/21 – (Proc. nº 0072/21 – Vers. Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Matheus Gomes e Pedro Ruas) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Guarda Municipal. (SEI 208.00032/2021-11)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 041/21 – (Proc. nº 0077/21 – Ver. Pablo Melo) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Transparência, Dados Abertos e Inovação. (SEI 218.00010/2021-32)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 042/21 – (Proc. nº 0078/21 – Ver^{as} Daiana Santos e Laura Sito e Vers. Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Matheus Gomes e Pedro Ruas) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas para a Periferia. (SEI 209.00020/2021-87)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 043/21 – (Proc. nº 0079/21 – Ver^{as} Laura Sito, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Mônica Leal, Comandante Nádia e Cláudia Araújo e Vers. Jonas Reis, Matheus Gomes, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Trabalho e da Renda Básica. (SEI 216.00026/2021-47)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 045/21 – (Proc. nº 0081/21 – Ver. Márcio Bins Ely) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Despoluição das Águas do Guaíba e seus Afluentes. (SEI 037.00078/2021-31)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 049/21 – (Proc. nº 0097/21 – Vers. Matheus Gomes, Jonas Reis, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Ver^{as} Daiana Santos e Karen Santos) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Livro, da Leitura e da Escrita. (SEI 217.00022/2021-68)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 054/21 – (Proc. nº 0116/21 – Vers. Jonas Reis, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Matheus Gomes, Roberto Robaina e Ver^a Laura Sito) – requer a constituição da Frente Parlamentar pelo Pleno Funcionamento do Hospital da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre. (SEI 210.00053/2021-15)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 058/21 – (Proc. nº 0123/21 – Vers. Aldacir Oliboni, Leonel Radde e Pedro Ruas e Ver^a Daiana Santos) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Políticas de Enfrentamento ao HIV, Aids, Hepatites Virais, outras DST e Tuberculose. (SEI 021.00021/2021-47)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 063/21 – (Proc. nº 0129/21 – Ver^{as} Fernanda Barth, Mari Pimentel, Comandante Nádia e Cláudia Araújo e Vers. Ramiro Rosário, Leonel Radde, Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier e Alexandre Bobadra) – requer a constituição da Frente Parlamentar Brasil-Israel. (SEI 212.00020/2021-73)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 064/21 – (Proc. nº 0130/21 – Vers. Jonas Reis, Matheus Gomes, Leonel Radde, Pedro Ruas e Roberto Robaina e Ver^a Laura Sito) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Descentralização do Atendimento Básico à Saúde. (SEI 210.00054/2021-60)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 065/21 – (Proc. nº 0131/21 – Ver. Kaká D'Ávila) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Incentivo e Apoio ao Desempregado. (SEI 219.00015/2021-64)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 066/21 – (Proc. nº 0135/21 – Ver. Claudio Janta) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Autistas. (SEI 024.00011/2021-17)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 068/21 – (Proc. nº 0140/21 – Vers. Ramiro Rosário e Mauro Pinheiro e Ver^{as} Fernanda Barth e Cláudia Araújo) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. (SEI 197.00014/2021-61)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 070/21 – (Proc. nº 0142/21 – Vers. Ramiro Rosário e Mauro Pinheiro e Ver^{as} Fernanda Barth e Cláudia Araújo) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Monitoramento de Obras e Serviços de Drenagem. (SEI 197.00016/2021-50)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 071/21 – (Proc. nº 0143/21 – Ver. Leonel Radde) – requer a constituição da Frente Parlamentar pelo Cais do Porto – orgulho da cultura gaúcha e porto-alegrense. (SEI 208.00050/2021-94)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 073/21 – (Proc. nº 0154/21 – Ver^a Mônica Leal) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Mobilidade Urbana. (SEI 038.00016/2021-28)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 074/21 – (Proc. nº 0155/21 – Ver^a Cláudia Araújo) – requer a constituição da Frente Parlamentar das Energias Sustentáveis e Renováveis. (SEI 161.00012/2021-05)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 075/21 – (Proc. nº 0156/21 – Ver. Márcio Bins Ely) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Mercado Imobiliário. (SEI 037.00103/2021-86)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 079/21 – (Proc. nº 0170/21 – Ver. José Freitas) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Combate à Psoríase a outras Doenças Crônicas de Pele. (SEI 034.00035/2021-58)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 080/21 – (Proc. nº 0171/21 – Ver. José Freitas) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Combate a Doenças Reumáticas. (SEI 034.00036/2021-01)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 081/21 – (Proc. nº 0172/21 – Ver. Alexandre Bobadra) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Oportunidade aos Jovens. (SEI 222.00043/2021-78)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 082/21 – (Proc. nº 0173/21 – Ver. Alexandre Bobadra) – requer a constituição da Frente Parlamentar do Direito à Legítima Defesa e ao Porte de Armas. (SEI 222.00039/2021-18)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 083/21 – (Proc. nº 0174/21 – Ver^a Fernanda Barth) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Pagador de Impostos. (SEI 212.00005/2021-25)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 093/21 – (Proc. nº 0200/21 – Ver. Alexandre Bobrada) – requer a constituição da Frente Parlamentar pela Polícia Municipal. (SEI 222.00047/2021-56)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a formação do bloco de votação composto pelos Requerimentos nº 001/21 a 003/21; 005/21 a 009/21; 011/21; 018/21 a 021/21; 023/21; 024/21; 029/21; 031/21; 033/21; 038/21; 041 a 043/21/21; 045/21; 049/21; 054/21; 058/21; 063/21 a 066/21; 068/21; 070/21; 071/21; 073/21 a 075/21; 079/21 a 083/21; 093/21 e 094/21. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco de requerimentos nominados acima. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde; depois de muito debate, foi acordada a nossa votação principal nesta tarde de hoje. Nós percebemos que cada vereador, na sua grande maioria, tem a sua iniciativa de poder fazer um debate com a sociedade. Esse debate se dá muito profícuo no plenário, nas comissões e nas frentes parlamentares. As frentes parlamentares são um instrumento que enriquecem não só trabalho desenvolvido pela Câmara, mas principalmente com a temática que o vereador mais se identifica. Existem aqui uma diversidade de frentes parlamentares que, queiram ou não, tem uns vereadores que têm esse carisma, essa iniciativa de debater com a sociedade determinados temas, poderia citar aqui vários que já, no ano passado, inclusive nas frentes, tiveram bons resultados. Inclusive, nessas frentes surgem muitas sugestões de projetos de leis - muitos projetos de lei acordados com a própria Câmara.

Então, eu acho que é uma bela iniciativa, é mais um instrumento de debate junto à sociedade, embora hoje vivamos um momento bem atípico, bem diferente, onde se debate muito a questão do combate à Covid, e das consequências que ele vem trazendo para o conjunto da sociedade, como desemprego e uma infinidade de questões que estão no dia a dia da nossa pauta.

Então, quero parabenizar a todos os vereadores e vereadoras por essas iniciativas, dizendo que, em muitas dessas frentes, nossa bancada estará ajudando no debate, como nas nossas frentes, na Frente deste vereador, é bem-vinda a participação de todos e todas. Sabemos que tem um número mínimo aí, mas é fundamental que esse debate perpassse, não só na Câmara, mas a interlocução com o governo na ideia acordar. Eu tenho certeza absoluta de que no governo Melo vai ser um pouco diferente, ou bem diferente em relação ao governo anterior, que não recebia os movimentos, não recebia as entidades, não recebia as frentes; neste governo possivelmente, pela própria manifestação do prefeito, quando a frente solicitar, os próprios secretários estarão dando, vamos dizer assim, estando presentes, dando sua opinião em relação aos temas que serão abordados.

Portanto, quero aqui, numa ideia de consenso e de iniciativa de cada vereador, valorizar os mandatos, encaminhando favoravelmente a essas iniciativas de frentes parlamentares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, só gostaria de fazer uma retificação. Acabei de receber da nossa assessoria e também do nosso diretor Luiz Afonso a informação de que o Ver. Moisés Barboza desarquivou uma frente parlamentar pelo Centro Histórico. Então, só para fazer uma retificação, o desarquivamento ter sido em data anterior. Eu só peço que seja retificado para que essa

frente parlamentar, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, em relação ao Centro Histórico, seja retirada da priorização para que nós possamos analisar com calma, para, depois, submeter à apreciação do plenário, até porque tem também essa frente parlamentar de autoria do Ver. Moisés Barboza. Se o plenário concordar, ficaria somente a frente parlamentar pela Polícia Municipal para hoje, dessas duas frentes de autoria do Ver. Alexandre Bobadra que foram incluídas agora, retirando a do Centro Histórico que se refere ao Requerimento nº 094/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, olha, nós estamos aqui chegando quase às 16h e estamos até agora apenas discutindo frentes parlamentares. Eu respeito a todos os vereadores, mas há um exagero, essas frentes vão engessar a Casa e engessar as comissões permanentes, com debates desenfreados de assuntos que, às vezes, somente entra a ideologia do que sobre a cidade – a maioria das frentes são para brigas, confrontos. Eu quero externar aqui a minha indignação. Fala-se que a Câmara mudou, mas mudou para abrir frentes? Acho que nós todos estamos errados, todos têm prerrogativas, como se não bastasse estão se chocando aí: tem frentes abrindo de novo, ou entrando de novo, ou seja... Olha, todo mundo tem direito de discutir, o que estou falando é do exagero, são 43 e mais algumas que virão.

Então, eu acho que um tempo... Nós estamos com a Câmara, neste momento, parada; as próprias reuniões terão dificuldades para acontecer, volto a frisar, para concluir, para ser bem sucinto: é um engessamento da Câmara e um engessamento das comissões permanentes. Eu sei que eu vou contrariar muitos, mas aqui somos uma democracia, temos que falar. Eu fiquei muito constrangido por passarmos aqui quase duas horas falando sobre frentes de tudo que é jeito, quando a Casa discute esses problemas há muito tempo. Nós vamos discutir, discutir, discutir e não vamos avançar. Isso também vai prejudicar muitos projetos que vão chegar do Executivo que temos que votar. Isso vai premiar aqueles que não querem votar nada, querem só debater comissões permanentes. Nós precisamos votar! Uma das maiores atribuições do parlamentar é o plenário, votação, diga “sim”, diga “não”, discorde.

Então, presidente, eu não concordo com esse número exagerado de frentes. Muitas têm muitos méritos, outras nem tanto, e, às vezes, só confrontos que não vão ajudar em nada a Câmara, não são problemas da cidade, é mais uma guerra ideológica, de que eu não vou participar, vou participar de questões que sejam para o bem da cidade e não um confronto ideológico. Eu sei das minhas posições, não preciso estar atirando de um lado ou de outro, se digladiando. Todo mundo sabe das minhas opiniões, agora, essa quantidade de frentes lamentavelmente vai engessar a Câmara e as comissões. Um abraço a todos e os meus cumprimentos. Essa foi a minha opinião franca para vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, vereador.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Presidente, eu estava no telefone na hora que o Sandro fez o comentário. Essa frente do Centro Histórico já tinha sido desarquivada pelo Ver. Moisés Barboza?

SR. SANDRO BRENNER (Diretoria Legislativa): Sim, pela informação, foi no dia 4 de fevereiro.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Então, com muita tranquilidade, o Ver. Moisés Barboza é um parceiro, um amigo, eu falo com ele, depois, eu entro na frente dele. Está bom? Vamos construir junto. Um abraço.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Primeiro, queria cumprimentar todos os vereadores - gostei muito do gesto do Ver. Alexandre Bobadra, também quero que isso se reproduza na relação minha com o Ver. Ramiro. As frentes parlamentares são um instrumento extremamente importante ao ponto de vários vereadores apresentarem uma série de frentes parlamentares. Espero que isso não seja nada que venha a desqualificar; pelo contrário, que aumente a nossa agenda, que aumente o compromisso de vários vereadores com assuntos aqui importantes e também o número de assuntos relevantes que esta Casa tem que enfrentar. Então é o gesto que nós queremos construir, uma frente parlamentar realmente possibilita isso. Muitas vezes, um projeto não vai adiante, não dá seguimento, não dá continuidade porque parece que é um projeto de um vereador só. Então a frente parlamentar é justamente isso, ela dá legitimidade de outros vereadores e de outros partidos, para que não seja apenas um pensamento, mas que seja o fórum e a força que representem mudanças necessárias em algum tipo de segmento. Então o Ver. Ramiro pode ter certeza de que a nossa intenção é essa. Agora, a nossa discussão e o destaque dessa emenda é justamente para nós tentarmos mostrar aqui tudo aquilo que se fez, tudo aquilo que se propôs, as horas gastas, os compromissos que foram feitos, as discussões. Muitas vezes se discute muito, e o resultado demora para chegar. O Ver. Ramiro não estava aqui nesta Casa, estava cumprindo um papel no Executivo com o ex-prefeito Marchezan, numa área extremamente estratégica com os serviços da cidade, mas a vida parlamentar aqui continua e é assim. Nós temos que dar continuidade àquilo que tem que ser feito, melhorar o que é possível. A alternância do poder é fundamental - acho fundamental aqui, registrado, inclusive, pelo vereador, que 50% desta Casa foi renovado, o que não é o meu caso nem o dele, mas isso demonstra que novas cabeças chegaram, novas ideias. O povo quis assim, renovar 50% e elegeu os outros 50% porque também entendeu que mereciam continuar ou porque ainda tinham muito a entregar na cidade. Então eu quero aqui, respeitosamente, primeiro saudar em relação a todas as frentes parlamentares

apresentadas aqui. Evidentemente que eu não conseguirei participar de todas; seria humanamente impossível algum vereador tentar dar atenção a todas. Mas eu quero poder me dedicar àquelas em que eu for convidado, que o meu tempo permitir e aquelas que tiverem dentro do eixo, da minha contribuição, com o meu conhecimento, com a minha história que tenho nesta Casa. Então eu quero registrar a frente parlamentar, assim como outros instrumentos que nós temos: eu gosto muito das nossas audiências públicas, Presidente - não se furte a fazer audiências públicas porque elas são mais uma etapa de discussão, mais uma etapa para ouvir as pessoas, mais um fórum onde a gente pode discutir detalhes, construir emendas, sugestões a projetos de lei que chegam nesta Casa, sejam eles vindo do Executivo ou propostos pelos vereadores. Quer dizer, o espaço da Câmara é justamente isso, quem não tem apreço pelo diálogo não terá, aqui na nossa Câmara de Vereadores, vida longa, ou não se sentirá à vontade, porque aqui, sim, aqui nós radicalizamos na construção, na tentativa de construção de consensos, radicalizamos a democracia nos debates, às vezes cansativos, longos, mas necessários em que a nossa opinião seja expressa. Porque aquelas pessoas que nos elegem, que depositam sua confiança na gente, que nos escolhem para ser seus representantes, eles querem escutar a nossa opinião sobre todos os assuntos. Então, a nossa Casa é isso, ela propõe esse espaço. Então quero registrar aqui o meu respeito a todas as frentes parlamentares e quero construir, ao longo dos dias que nós teremos com o Ver. Ramiro, uma agenda, um cronograma de atividades necessárias para o 4º Distrito. Eu tenho aqui tantos vereadores que já contribuíram, estou vendo Ferronato na tela, é outro vereador que ainda me recordo dos tempos em que trabalhava o Conduto Álvaro Chaves. As reuniões no Colégio Santa Família, Ferronato, quantas vezes estivemos lá? A participação do Ver. Cecchim também, enfim, O Ver. Camozzato que tem uma inserção forte, o Ver. Ramiro que tem o seu espaço no 4º Distrito, a minha atuação, a do Ver. Márcio Bins Ely na última atualização do Plano Diretor foi fundamental para que nós tivéssemos incrementos, incentivos para nossa região, enfim. Perdoem-me se eu aqui esqueci, mas há tantos vereadores que interagem com aquela região com a qual todos nós temos um carinho especial, porque ali foi o berço da nossa industrialização. Ali, todos nós, em algum momento ou temos vínculos diretos ou temos vínculos de familiares nossos, de pessoas amigas que têm vínculos com a região, e sabemos do potencial dela. Então concluo tentando pacificar a nossa discussão no sentido desse tempo que a Casa está dando, porque a retirada do Ver. Ramiro da sua proposição vai permitir que a gente, primeiro, aprove aquilo que é consenso. Porque há muita coisa boa sendo proposta pelos vereadores que chegaram ou desarquivada por aqueles que aqui estão e que nós possamos, então, num segundo momento, reconstruir um cronograma de trabalho, que é o mais importante do que a frente parlamentar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Na realidade, eu estava no período de discussão e houve várias interferências, então só me sobrou esse espaço. Eu tenho uma linha parecida com a do Ver. Cassiá, porque nós temos as comissões permanentes, nós podemos ainda fazer muitas outras reuniões, bem como as audiências públicas, muito importantes. São muitas frentes, eu nunca vi um número tão dimensionado de interesses; sei que isso é importante para a cidade, mas, na prática, eu tenho essa preocupação de serem muitas frentes. Inclusive, quando eu criei, eu juntei, na exposição de motivos, várias atividades para ser uma única frente. Essa importância nos deixa também numa dúvida na hora da votação, devido ao grande número, o que vai repercutir esse trabalho que demanda também assessores. Nós não temos pouco serviço, nós temos muito, atendimentos externos, mais os atendimentos formais que nos exigem a presença e, com essa situação *on-line* também atrapalha um pouco. Pode parecer que é prático, mas atrapalha porque nós não estamos lá no presencial. Então eu queria cumprimentar todos que apresentaram as suas emendas, seguir aquela linha inicial de que as pessoas dominem os assuntos. Isso demanda tempo para organizar, nem sempre temos espaço na Casa para fazer as reuniões; vejo com preocupação esse grande número de frentes parlamentares hoje sendo votadas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, quem nos assiste, um abraço a todos, ao Sandro que está comandando o processo. Quero dizer que, ouvindo atentamente todos, temos, sim, bastante frentes parlamentares. Agora, eu não vejo com preocupação o número de frentes até porque, como aqui já se falou, a frente parlamentar trata de uma temática específica e busca aprofundar o debate sobre determinado tema. Cada uma com o seu tema apresentado. Quero dizer, como exemplo, que já apresentei algumas propostas de frente parlamentar e já criamos a Frente Parlamentar em Defesa das Creches Conveniadas da qual muitos de vocês participaram. Nós tivemos uma série de reuniões e muitos avanços, porque como se procura debater o assunto com profundidade, os próprios convidados das nossas frentes propõem a apresentação de algum projeto. E nós, naquela oportunidade, avançamos bastante, apresentamos diversos projetos. Eu sei, vamos dizer assim, do acatamento por parte dos comandantes das nossas creches conveniadas e escolas infantis, sei que nós apresentamos propostas e projetos que trouxeram bastante benefício. Conversamos com o pessoal da CEEE, porque os gestores daquelas escolas infantis falavam do tamanho da sua despesa com energia; apresentamos, assinada por todos os vereadores da frente, proposta de perdão de dívidas e parte das dívidas com o DMAE; apresentamos propostas em Brasília para pedir recurso inclusive do Fundeb. Então, eu quero dizer que as frentes, mesmo em grande

quantidade, como tratam de temas específicos, aprofundam o debate e, por meio desse debate, surgem propostas e ideias muito positivas. Portanto, mesmo com o tamanho e a quantidade de frentes, eu acredito – cumprimento a todos que encaminharam essas propostas – que elas terão sucesso na condução desses debates que são sempre muito bem-vindos na Câmara Municipal. Vou votar favoravelmente. Um abraço a todos e obrigado a todos pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Aírto Ferronato. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Obrigado, Presidente, boa tarde a todos novamente. Bom, eu acho que essa questão da Frente Parlamentar do 4º Distrito é uma situação que está superada. Nós vamos tratar, nos próximos dias, uma forma para que ela possa, sim, se estruturar e que a gente possa aprofundar e aperfeiçoar a abordagem desse tema na Câmara de Vereadores.

Com relação ao número de frentes parlamentares, eu acho que, antes de mais nada, é importante reconhecer que a frente parlamentar não é determinante para que determinados temas sejam abordados pelos mandatos dos vereadores. Os vereadores podem muito bem fazer muitas vezes mais, inclusive, por determinada pauta do que uma frente parlamentar, seja por meio de um mandato individual, seja de um bloco, seja de um grupo de vereadores que tenham o mesmo afinco por aquele tema. O número de frentes parlamentares não me espanta. Eu acho que se nós tivermos problemas, pelo número de frentes parlamentares na Casa, por elas estarem trabalhando efetivamente sendo funcionais, entregando resultados, esse é um problema bom que teremos de administrar. O que eu não gostaria é de ver frentes parlamentares que não trabalham, que não entregam resultados; aí, sim, é só “encheção de morcilha” e pura retórica. Espero que nenhuma das frentes parlamentares propostas nesse bloco acabem se enquadrando nesse estereótipo, nesse rótulo.

Quero colocar aos colegas aqui que nós propusemos duas outras frentes parlamentares que irão para o bloco de votação, gostaria inclusive que os colegas pudessem avaliar até mesmo o ingresso. Já temos assinatura também da colega Fernanda Barth, do Mauro Pinheiro, da Cláudia Araújo – espero que ela não retire a assinatura dessas outras duas – que são do combate à corrupção e do monitoramento dos serviços e obras de drenagem em Porto Alegre. A do combate à corrupção é justamente para que a gente consiga avançar em pautas e mecanismos internos no ordenamento jurídico da cidade para combater irregularidades, aumentar o controle e a fiscalização sobre contratações de obras e serviços pela Prefeitura de Porto Alegre e também da sua relação com os contratados, no mesmo modelo do que nós já fizemos – aqui foi ponderado por alguns colegas que passei a maior parte do tempo fora da Câmara de Vereadores na última legislatura, mas no meu retorno pude deixar um legado para a

cidade. Eu acho que fecha um ciclo importante dos quatro primeiros anos do nosso mandato que é o pacote contra a corrupção em Porto Alegre que será, nos próximos dias, sancionado pelo prefeito Sebastião Melo e que traz o que há de mais moderno no País com relação ao combate a irregularidades ou à gestão de contratos, *compliance* para fornecedores da Prefeitura de Porto Alegre e uma série de outros itens em que nós poderíamos ter uma tranquilidade maior de que as relações entre o poder público e seus contratados estão sendo feitas com lisura e com transparência.

Também, com relação ao monitoramento dos serviços e obras de drenagem, nós temos hoje, por exemplo, em andamento na cidade, o maior conjunto de obras de macrodrenagem da história de Porto Alegre que são as obras do Arroio Areia que beneficiam mais de 14 bairros da nossa cidade e que combatem efetivamente alagamentos numa região que alaga há mais de 40 anos, como é o caso dos bairros Santa Maria Goretti, São Sebastião e todo aquele entorno da Av. Sertório e da Av. Assis Brasil. E é fundamental que a Câmara de Vereadores, como um todo, possa acompanhar, requerer ao prefeito e à Prefeitura de Porto Alegre o bom andamento desses contratos que preveem uma série de financiamentos e outras questões que são muito próprias da burocracia estatal, mas é importante que a Câmara de Vereadores, como um poder também fiscalizador das ações do Executivo, que possa, por meio dessa frente parlamentar, de forma conjunta e não individual, fazer esse tipo de acompanhamento, questionamento, visitando as obras e identificando também eventuais atrasos e os seus motivos.

Então, vejam que essas duas frentes aqui, a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e a Frente Parlamentar de Monitoramento de Obras e Serviços de Drenagem, não são frentes para inglês ver, são frentes que possivelmente terão resultados concretos que só virão realmente com a ajuda de cada um dos vereadores que também se identificarem com esses temas. Então, eu agradeço aos três vereadores que assinaram, que a gente possa dar um bom seguimento na votação do bloco. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do bloco dos requerimentos.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Vou ser bem rápido. Primeiro, eu sou favorável a essa frente do Ver. Ramiro Rosário e gostaria de entrar nessa Frente de Combate à Corrupção - se me permitir, gostaria de assiná-la. Vou pedir ao meu assessor, se for possível, fazer a assinatura e também faço frente – desculpa o pleonasma, mas é um pleonasma de estilo – à Frente de Combate à Corrupção.

Mas eu queria trazer uma questão importante aqui, um abraço, um carinho muito especial, uma moção de apoio ao Ver. Moisés Barboza, porque nós tivemos a mesma votação, 4.703 votos, e, na verdade o que aconteceu é que eu fiquei atrás dele porque ele é mais velho: eu nasci em 1979, e ele em 1978. Então, um abraço muito

especial ao Ver. Moisés Barboza. Tivemos a mesma votação e, por um ano, ele ficou na minha frente. Um amigo, um parceiro, estamos juntos aí.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação do bloco dos requerimentos, pela oposição.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Aproveito a tarde na qual nós estamos encaminhando as nossas frentes parlamentares para apresentar e ressaltar a frente que protocolei junto com colegas da oposição e também com outros colegas aqui da Casa sobre trabalho e renda básica. Nós vivemos um momento extremamente delicado de enfrentamento a uma profunda crise sanitária, uma profunda crise econômica e os dados que nos trazem, especialmente de 2020 para cá, são extremamente preocupantes. Segundo o IBGE, 1/4 da população brasileira está desempregada, trabalhando na informalidade ou está em situação de desalento, ou seja, já desistiu de procurar trabalho. Os números nos apresentam que 14 milhões de desempregados, 33 milhões de trabalhadores na informalidade, 6 milhões de desalentados. Isso exige que o poder público se posicione, que ele consiga apresentar alternativas, saídas frente àquilo que a gente quer. Infelizmente, às vezes, a gente fica polarizando alguns debates sobre economia versus vida, enquanto nós precisamos, na verdade, o que é fundamental é encontrarmos também saídas que preservem vida e, portanto, que garantam renda, dignidade ao povo trabalhador. E nós precisamos, enquanto poder público, enquanto Poder Legislativo, nos colocarmos para conseguir debater, elaborar proposições à sociedade que consigam acumular frente a esse sentido. Porto Alegre foi a quarta capital que mais perdeu postos de trabalho em 2020 em decorrência da pandemia que nós vivemos. Um cenário que se agravou e que expôs a desigualdade da distribuição de renda e que nos mostra que a condição de vida do povo mais pobre, de fato, piorou profundamente. Isso significa que programas de transferência de renda, programas que garantam a geração de emprego se tornam fundamentais, e isso se coloca como uma emergência aqui no Brasil, na nossa cidade e no mundo, que debate várias experiências sobre isso. Ontem, nós debatíamos ali no grupo dos vereadores experiências como a da Finlândia, que mostrou que a garantia de uma renda básica, de fato, inclusive garantiu a geração de mais postos de trabalho no seu primeiro ano. Nós temos debates inclusive em setores liberais que defendem uma renda básica como uma garantia de enfrentamento aos profundos impactos da crise sanitária no mundo, indica que 20% do consumo fica em queda no próximo período. Há um documento do FMI apresentado no final do ano passado inclusive aponta isso.

O auxílio emergencial foi, de fato, um suspiro no nosso País; no entanto, temos muitas famílias que dependiam exclusivamente dessa renda. Nessa situação estão quase 11 milhões de brasileiros e quero aqui ressaltar que 67% deles são negros e negras deste País que acabaram ficando, mais uma vez, desalentados, sem essa política.

Apresentei, portanto, nesta semana, um projeto que trata sobre o tema da renda básica, aqui apresentamos a proposta de uma frente parlamentar para tratar do tema, fazemos parte de um processo nacional, junto com a rede nacional pela renda básica lutando para que nós consigamos garantir a condição de renda e de vida para o nosso povo. Para enfrentar o momento que vivemos no Brasil, nós precisamos de vacina para todos e de renda para garantir a condição de dignidade do povo brasileiro para que nós possamos enfrentar esse período histórico, combater a fome e garantir condições reais de vida para cada um dos nossos cidadãos e cidadãs. Então, eu queria, aqui, agradecer, mais uma vez, aos colegas que apoiaram a nossa iniciativa e quero dizer que teremos uma frente com a previsão de muito trabalho, tendo em vista a calamitosa situação na qual nos encontramos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Laura Sito. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Eu queria, antes de mais nada, ressaltar a importância e dizer o que pode surgir de uma frente parlamentar. Nós estamos trabalhando a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos do Autista na Câmara de Vereadores, e esta Casa foi a precursora de alguns avanços na questão do autismo, principalmente na cidade de Porto Alegre, mas também no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. A frente parlamentar propôs a questão do censo do autista, da necessidade de se saber quantas crianças e adultos autistas existem, e isso virou uma lei federal. Não tivemos o censo neste ano, mas no próximo censo que houver vai estar essa questão do autismo. Foi a frente parlamentar também que criou a lei incluindo o símbolo do autista das prioridades e estamos avançando em vários temas relacionados ao autismo. Então, é importante.

Nós também fizemos a Frente Parlamentar em Defesa do Comércio em Porto Alegre, houve alguns avanços em alguns setores e segmentos, então é importante o trabalho da frente parlamentar. Agora, é importante que o trabalho que essa frente desenvolva chegue no seu fim. O fim desse trabalho é conseguir avançar com políticas públicas e que o plenário, no seu todo, participe votando. O Ver. Ferronato mesmo falou da frente parlamentar das creches, eu lembro até que, em um determinado ano, o que a Câmara devolve de dinheiro nós destinamos, quase todo esse dinheiro, para ajudar as creches comunitárias.

Teve também a frente parlamentar da zona rural de Porto Alegre. Tivemos e temos várias frentes parlamentares importantíssimas na cidade de Porto Alegre. É um papel importante, e a preocupação que alguns têm, que eu também tenho, é no sentido de termos pernas para acompanhar temas tão importantes. O que um vereador, no seu mandato, acha que é importante, tenho certeza de que vai acompanhar, e também quando nós voltarmos a trabalhar presencialmente, é ter disponibilidade de espaço.

Muitas vezes, na frente parlamentar do autista, nós tivemos que tirar de dentro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre por não ter acomodação, não ter espaço, não ter sala para fazer a reunião da frente. Já que nós nos limitamos a fazer as reuniões da frente quase sempre às sextas-feiras ou terças-feiras, geralmente na parte da tarde; então, tem um limite de tempo, de dias na semana para fazer funcionar, e é uma dificuldade conseguir espaço físico dentro da Câmara de Vereadores, geralmente usamos as salas das comissões, ou o plenário Ana Terra, quando há necessidade de um espaço maior. Hoje estamos com um sistema *on-line*, isso facilita um pouco, mas essa preocupação existe, pois estamos com quarenta e poucas frentes parlamentares, acredito que até o final do mês de março estejamos até como dobro desse número. Então, a dificuldade de conseguir trabalhar dentro da Casa, nessas frentes, é real. Lembro de um ano em que tivemos três ou quatro frentes num mesmo dia, então, tinha que escolher onde ia atuar e trabalhar.

Mas o papel da frente é importante, ele discute tema específico, vai direto na ferida, no tema, então eu acredito que é importante o papel da frente parlamentar. Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Claudio Janta. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente e colegas. Primeiro, eu queria colocar para o Ver. Ramiro Rosário que eu só retirei meu nome da frente parlamentar em questão em função de que já havia uma frente parlamentar relacionada ao tema, proposta pelo Ver. Mauro Zacher, e o Regimento diz que essa tem prioridade. Então, como diz a Ver.^a Mônica, eu sou muito legalista, eu gosto das coisas corretas, seguindo sempre o Regimento. Mas eu continuo, sim, assinando a frente do pacote contra a corrupção e a outra frente que o vereador está propondo, porque eu acho que são extremamente importantes.

Eu queria trazer a informação de que há uma proposta de frente parlamentar –que eu protocolei – das energias sustentáveis e renováveis, que, na verdade, é a energia chamada limpa, e hoje esse tipo de energia é extremamente urgente e necessário para o meio ambiente. Aí a gente fala em gases poluentes, a gente fala em fontes renováveis de energia, como a energia solar, a energia eólica, como a energia da biomassa. Vêm também à tona os recursos naturais dessas energias renováveis, como o sol, o vento, a chuva, a maré, energia geotérmica, e também nem todo recurso é natural e renovável. Há recursos que a natureza nos oferece e que são limitados, como o carvão, como o petróleo e tantas outras coisas. Então, eu vejo muito como muito importante, nós temos aí uma discussão muito grande com relação à Mina Guaíba, que foi para a Assembleia, que foi para vários locais e eu acho que a gente pode colaborar também enquanto Câmara. É importante termos essa frente para que possamos fazer essa discussão das

energias sustentáveis e renováveis. Inclusive tive várias reuniões com parceiros do Paraná e de outros estados que vão fazer uma apresentação com relação ao tema para o prefeito Melo, já está agendada, e depois vou trazer algumas informações também para os meus colegas. Esse tema é extremamente importante e nós precisamos pensar nele, porque é o futuro do nosso meio ambiente no Brasil. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do bloco de requerimentos.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, colegas vereadores. Eu fiquei ouvindo atentamente, eu não sou muito de falar, mas fiquei ouvindo atentamente todos os colegas com relação à frente parlamentar, à quantidade de frentes parlamentares. Na verdade, cada vereador que cria uma frente parlamentar vai trabalhar dentro das suas condições de tempo, e hoje podemos trabalhar desta forma remota também, podemos fazer quantas reuniões quisermos, então acredito que facilitou, por isso não influi muito a quantidade. Eu, na verdade, protocolei mais uma, que é a Frente Parlamentar de Combate a Doenças Reumáticas, pois só quem tem doenças reumáticas sabe o quanto sofre, carregando dores diariamente, até com deformidades no seu corpo, nas suas juntas. Então já existe a efeméride Semana de Combate às Doenças Reumáticas, também de minha autoria, na Legislatura passada. A falta de informação acaba por potencializar os efeitos da doença, reduzindo a qualidade de vida do paciente e podendo causar danos irreversíveis à saúde. A desinformação também afeta negativamente as relações sociais da pessoa com essas enfermidades. Pacientes ainda devem ter atenção com os reflexos dessas enfermidades, que podem causar sérias complicações. Esses assuntos, muitas vezes, são tratados como tabu, motivo pelo qual entendemos que o debate de forma aberta e proativa confere maior dignidade ao paciente, possibilitando o tratamento precoce e a redução das intercorrências em seu quadro de saúde. Então essa é a Frente Parlamentar de Combate a Doenças Reumáticas; a outra, que eu já tinha, só desarquivei, é a Frente Parlamentar pela Psoríase e outras doenças crônicas de pele. Essa era pela psoríase na Legislatura passada, eu acrescentei outras doenças crônicas de pele. Na Legislatura passada, foi promulgada a Lei nº 12.247/17, de minha autoria, que institui a rede de atenção às pessoas com psoríase. Também foram criadas, através de leis de minha autoria, as efemérides para conscientização sobre a dermatite atópica, urticária espontânea, vitiligo, e a efeméride Semana de Combate ao Vitiligo. Ainda encabecei a Frente Parlamentar pela Psoríase e Artrite Psoriásica, em 2018.

Nessas oportunidades relatadas, tivemos muito sucesso ao informar adequadamente a população porto-alegrense, que anseia por mais ações da administração pública. É importante salientar que a desinformação acaba por potencializar os efeitos dessas doenças, reduzindo a qualidade de vida do paciente e por

vezes causando danos irreversíveis à saúde. Deste modo, propomos a criação da frente parlamentar para tratar de forma conjunta desses temas que envolverão as seguintes enfermidades: psoríase, dermatite atópica e urticária espontânea. Essas são as duas frentes parlamentares. Em relação à psoríase, nós avançamos bastante no Estado e também em nível federal – criamos a frente parlamentar em nível estadual e federal. E nós estamos trabalhando em vários municípios para que venhamos a ter mais políticas públicas na área dessas doenças, até mesmo porque, quando a pessoa chega num certo ponto da doença, ela tem que gastar muito, rios de dinheiro, e uma pessoa de baixa renda não tem condições de vencer. Por isso, precisamos trabalhar muitas políticas públicas nessa área. Muito obrigado. Estaremos votando então, em seguida, para reativar essa frente parlamentar e criar as demais. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. José Freitas.

(O Ver. Aírto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelos Requerimentos nºs 001/21, 005/21, 011/21, 019/21, 021/21, 023/21, 029/21, 043/21, 038/21, 045/21, 063/21, 002/21, 006/21, 020/21, 024/21, 033/21, 003/21, 054/21, 007/21, 058/21, 008/21, 068/21, 018/21, 009/21, 041/21, 066/21, 070/21, 042/21, 065/21, 049/21, 071/21, 031/21, 064/21, 073/21, 074/21, 075/21, 079/21, 080/21, 081/21, 082/21, 083/21 e 093/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Se fosse cada comissão votada separadamente, para muitas eu votaria “não”, mas, como se trata de um bloco... Quero salientar que temos que ter muito cuidado, senão vamos engessar a Câmara este ano. Votei “sim”.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Votei “sim”, embora concorde com o Cassiá Carpes.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Mantenho minha posição com relação a todas as propostas, acho que são muitas frentes, mas não deixei de dar meu voto “sim” para os colegas desempenharem seu papel na frente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Declaro aprovado o bloco de requerimentos.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. Parabéns a todos pelo conjunto das aprovações. Contribuiremos muito com o debate das políticas públicas propostas em todas as frentes.

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Sr. Presidente, foram 32 votos favoráveis porque o voto do Ver. Airto Ferronato foi nulo, já que ele estava presidindo a votação, e o Presidente não vota em votações simbólicas. Faço esta retificação para os registros da Casa.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Maravilha, muito obrigado. Dando sequência à sessão, temos um projeto de minha autoria sobre o Teste do Pézinho Ampliado. A pedido da nossa vice-líder do governo, a Ver.^a Nádia, estou encaminhando uma conversa com o secretário Sparta – já falei pessoalmente com ele –, que acredita que é uma boa iniciativa – aliás, os hospitais privados de Porto Alegre já realizam esse teste –, mas me pediu para conversarmos.

Sendo assim, para que a gente possa amadurecer com o Executivo essa iniciativa, requiro o adiamento da discussão do PLL nº 222/16 por duas sessões. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 167/19 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, deferido pela presidência, solicitando que seja votado em destaque o inc. I do art. 1º do PLL nº 167/19.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0362/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 167/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga as Leis que especifica, por revogação tácita ou por desuso no tempo. **(SEI 087.00033/2020-35)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;

- incluído na Ordem do Dia em 22-02-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL n° 167/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Rapidamente, eu tenho acompanhado as propostas e projetos que tu tens apresentado, vocês, no caso, em razão da frente, belos projetos e revogações de leis – são necessárias, sim, as suas revogações. Portanto, quero te dizer que vou votar favorável. Agora, eu gostaria que tu, num momento qualquer, disseses quais são as leis, numa síntese da síntese, como “a lei X revoga isso, a lei Y revoga aquilo”, e as emendas, até para que a gente saiba o que revogamos. Se não, votamos; e, amanhã, se alguém nos pede alguma coisa, não sabemos o que nós revogamos. De antemão, te agradeço e digo que vou votar favorável. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL n° 167/19, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Ver. Ferronato, muito bom, agradeço a manifestação – de fato, é importante isso. Até agradeço a Ver^a Lourdes, que fez um destaque importante, porque são dez projetos de lei consolidados nesse bloco. Eu enviei o arquivo, no caso, para o grupo de vereadores, onde tem a síntese de todos eles, para que todos possam ter esse detalhamento, e vou falar um a um aqui, Ferronato, para que também possa ficar claro.

Primeiro, a Emenda n° 01, do Ver. Janta, já retira um dos objetos ali, porque ele já estava revogado pela Lei de Liberdade Econômica. Então, foi retirada pela Emenda n° 01, e, com isso, a gente não precisa tratar da matéria; é uma lei que a Lei de Liberdade Econômica já tratou. A Emenda n° 02, feita por mim, retira um projeto, uma lei que estava vigendo, que era de autoria do Ver. Pujol. Eu conversei com o Pujol, ainda no final da legislatura passada, e nós optamos por retirar aquela lei.

Restam dez leis, todas elas num bloco de revogações que consiste nas leis que a Comissão Especial de Revisão Legislativa, composta por 12 vereadores da Casa, que olharam... (Problemas na conexão.). Então, esse trabalho, esse bloco aqui, foi feito por diversos gabinetes para consolidar somente aquelas leis que estavam revogadas tacitamente pelo tempo ou pelo desuso, pela inaplicabilidade prática. Essa foi a questão que foi encaminhada pelos gabinetes que trataram do tema na Comissão Especial como importante para fazer uma limpeza, uma reorganização, e não causar insegurança jurídica. São elas: a primeira delas é de 1937, que estabelecia normas e providências para a extinção dos ruídos parasitas das recepções radiotelefônicas, e ela foi abarcada por legislações e normativas posteriores, então, em desuso no tempo. A segunda delas, de 1949, vem de um decreto-lei federal de 1946, que já se encontra revogado – então

está implicitamente revogado, já foi abarcado no Código Civil. A próxima lei, a de 1951, veda a transferência de pontos de feiras livres a qualquer título; houve desuso da legislação no tempo, não tem qualquer eficácia plena atualmente, até tem legislações mais modernas sobre feiras livres que dispõem sobre isso em Porto Alegre. Outra de 1951 permite o fracionamento e subdivisão de quarteirões existentes, lá em 1951, retificados ou não, e abertura de vias públicas; no caso, 1951 precede o Estatuto da Cidade, depois veio justamente a figura do Plano Diretor que começou a fazer um regramento muito mais democrático e eficiente do que esta lei, por isso ela também perdeu a eficácia com o tempo. Outra das leis também é de 1951, que implementava o lançamento de contribuições e melhorias antes da constituição do cadastro de valores imobiliários, é uma matéria civil que foi abarcada em legislações posteriores, como o próprio Código Civil e outras leis, então também em desuso no tempo. A outra lei é de 1952, que obrigava cinemas e teatros construídos na região central da cidade a terem ar-condicionado e aparelhos de renovação de ar; hoje já existe normativa que obriga justamente a circulação de ar e a instalação de ares-condicionados nesses edifícios, então também desuso no tempo e na aplicabilidade, até pela tecnologia que era usada naquele tempo. Uma legislação de 1952, que regula o uso de alto-falantes no Município, também se encontra contemplada em outras legislações mais modernas, até mesmo contemplando novos aparelhos, em comparação aos que existiam em 1952. A outra legislação é de 1958, que determina a colocação de tábuas em andaimes situados acima de dois metros, definindo inclusive quantos centímetros deve ter cada tábua de acordo com a sua finalidade; hoje nós temos instruções normativas de segurança do trabalho que preveem tudo isso com mais detalhe e inclusive com mais atendimento às ferramentas utilizadas atualmente, então também em desuso no tempo, porque os métodos construtivos de 1958 eram muito piores e mais inseguros. A lei de 1961 institui a disciplina de governo municipal, urbanismo e trânsito nas escolas municipais, esta também foi implicitamente revogada pelas normativas posteriores que tratam de matéria educacional, formação do calendário e grade curricular, algumas delas, inclusive, de âmbito federal que o MEC mesmo trouxe. De 1963, a última das leis, é sobre doação de imóveis de propriedade do Município e remanescentes da construção da primeira perimetral; ela teve desuso no tempo, de 1963 para cá o aterro da Rua Washington Luiz, da Rua Avaí e da Rua da Conceição já foi plenamente contemplado nas normativas de organização urbana e de solo, posteriores – inclusive o próprio Plano Diretor.

Esse é o conjunto – Ferronato, espero ter atendido o teu pedido –, tudo isso que eu li para vocês é o que está contemplado na planilha que eu mandei no grupo de vereadores para que possa ficar claro a todos os colegas. Nesse caso, o destaque que a Ver.^a Lourdes colocou se refere à lei que já foi revogada e que, portanto, não está mais sendo tratada aqui no pacote.

Agradeço a atenção e fico à disposição para tirar outras dúvidas que possam ter ficado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Airto Ferronato (PSB): Desculpa, vereador, mas então votamos favoravelmente à emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger também?

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Ela fez um destaque, na verdade, do inciso. Pode votar favorável, sem problema.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 167/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Primeiro quero cumprimentá-lo pelo trabalho do grupo, por essa consolidação, e deixar uma recomendação, Sr. Presidente: que os próximos grupos envolvessem também o Executivo. Nós tivemos trabalhos intensos na consolidação das leis sobre a criança, depois sobre os animais, em 2012, e a Procuradoria da Casa e do Município participavam. Essas leis, pelo que eu observei, realmente estão bem obsoletas e não trazem nenhuma insegurança com relação a ter alguma rotina na Prefeitura que vá ser prejudicada por nós revogarmos essas leis.

A Lei nº 10 me chamou a atenção, Camozzato, pois, veja bem, naquele ano já se preocupavam com animais soltos nas ruas que traziam uma série de problemas, inclusive destruir os jardins; então é uma lei muito importante para a época e também para nós. Em 2012, nós incluímos, na consolidação da nossa Lei nº 694, o artigo 52, exatamente a Lei nº 10: “fica proibida a permanência de animais soltos ou amarrados em vias e logradouros públicos e em locais de livre acesso ao público”. Ela constou como revogada agora, mas ela já foi revogada em 2012, por isso eu pedi o destaque, para não prejudicar as demais.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 167/19.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Primeiramente, eu achei o trabalho em si interessante, tem a ver com fazer um estudo mesmo sobre antigas legislações, tem coisas ali de décadas atrás, então é interessante trazer à tona novamente algumas questões para a gente debater. No entanto, nós temos uma interpretação de que a Constituição faz com que – gostaria de fazer esse debate – essa lei me pareça que tem alguns vícios. Por exemplo: eu acho que ela entra em conflito com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, antigo Código Civil, porque esta já regula a forma de revogação das leis, dizendo, em seu artigo 2º, que uma lei será alterada ou revogada por outra lei. Essa seria uma primeira questão. Nós não temos ainda uma autorização para desuso de uma lei por questão de costume. No caso, o desuso de uma lei não implica necessariamente a perda de sua eficácia, essa é a nossa interpretação. Na nossa opinião, teriam, no mínimo, dois vícios: um vício formal pelo

estabelecimento de um critério que não é de competência da Câmara de Vereadores, e um vício material, que nós não temos possibilidade de revogação de lei por desuso ou por costume, e aí várias questões listadas ali entrariam nesse aspecto. Outras leis que estão citadas, enfim, nos parece que têm ainda importância para a vida social e econômica da cidade. A Ver.^a Lourdes Sprenger citou uma referente à questão dos animais, tem outras que acho que são, no mínimo, ponto de discussão para a gente estar fazendo aqui dentro da Câmara, como, por exemplo, a transferência de pontos em feiras livres, outras leis que tem a ver com a questão da construção civil, tem algumas que estão citadas também, enfim, postura sobre andaimes e tal, são legislações que estão ali, não necessariamente precisam ser alteradas. É uma observação que a gente gostaria de fazer, e partindo desse pressuposto vamos votar contra o projeto. Apenas gostaria de deixar esse registro.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Fernanda Barth (PRTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito formação de um bloco de votação para as Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLL n^o 168/19.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth faz um requerimento solicitando que as Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLL n^o 167/19 sejam votadas em bloco. Se não houver destaque, não é, diretor?

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): O destaque tem que votar em separado, e as Emendas n^{os} 01 e 02, como são de mesma proposição, de mesma espécie, poderiam ser votadas em bloco, se tiver o consenso das lideranças e for aprovado o requerimento.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLL n^o 167/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o inc. I do art. 1^o, destacado, ao PLL n^o 167/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) **REJEITADO.**

SR. SANDRO PIRES BRENNER (Diretoria Legislativa): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o PLL n^o 167/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 23 votos **SIM**, 02 votos **NÃO** e 05 **ABSTENÇÕES.**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLL nº
167/19.

Estão encerrados A Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h12min.)

* * * * *